

27.ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL


GONDOMAR
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

ATA Nº 11

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2023

----- Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, reuniu, no Auditório da Biblioteca Municipal, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Gondomar. -----

----- A Mesa foi constituída como segue: -----

----- Presidente: Aníbal Jaime Gomes Lira. -----

----- 1º Secretário: José Manuel Cardoso Alves Pereira. -----

----- 2º Secretário: Márcia Cristina Guedes de Castro Silva Bandeira. -----

----- Verificou-se a presença dos(as) Senhores(as) Deputados(as): Adelino Oliveira Miranda, Ana Patrícia Pegas da Cruz, Ana Rita Fernandes Bessa, Arménio Lino Martins, Artur Fernando Torres Vieira de Sousa, Carla Isabel Pinto Ferreira, Carmina Maria dos Santos Lopes de Araújo, Daniel Filipe Oliveira Vieira, David Manuel da Rocha Santos, em substituição de Emanuel Fernando Pinto de Andrade, Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria, Fernando Alcício Barreira Morais, Fernando Cerqueira, Fernando Fernandes Duarte, Fernando Miguel dos Santos Azevedo, Joana Daniela Baldaia Resende, João Pedro de Andrade Pinho da Silva, João Pedro Serra Soares Forte, João Resende Pinto Figueiredo, José Miguel Miranda Laranjeira, Nuno Tiago Carvalho Alves de Sousa, em substituição de Manuel Pedro Ferreira de Carvalho, Maria José Nogueira Barbosa

27.ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



GONDOMAR
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Correia, Maria Rosa de Sousa Oliveira, Maribel Santos Fernandes, Mónica Alexandra Rebelo Almeida Sampaio, em substituição de Marlene Sofia Pinto Soares, Alexandra dos Santos Carvalho, em substituição de Ricardo Jorge Cardoso dos Santos Couto, Nuno Miguel Ribeiro Pontes, Paulo Alexandre Pinheiro Nunes da Silva, Sara Cristina Oliveira dos Santos, Telmo Afonso da Mota Viana e Urbano José Garrido de Brito Ferreira Marques. -----

----- Por inerência estiveram presentes os(as) Presidentes de Junta de Freguesia, Senhores(as):
Deocleciano Jesus Ferreira de Carvalho, em substituição de Francisco Alves Laranjeira - Presidente da Junta de Freguesia de Baguim do Monte, Rui da Mota Correia - Presidente da Junta de Freguesia da Lomba, Nuno Filipe Brito da Fonseca - Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto, Lídia Maria Araújo Ferreira Azevedo, em substituição de Rosalina Sofia Neves Martins - Presidente da Junta de Freguesia de Fânzeres e São Pedro da Cova, Silvino de Sousa Paiva - Presidente da Junta de Freguesia de Foz de Sousa e Covelo, António José Ribeiro Bráz - Presidente da Junta de Freguesia de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim e Manuel José Santos Paiva - Presidente da Junta de Freguesia de Melres e Medas. -----

27.ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



GONDOMAR
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

ORDEM DE TRABALHOS PARA A SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR, A REALIZAR NO DIA 27 DE ABRIL DE 2023 (5.ª FEIRA), PELAS 21 HORAS E 30 MINUTOS, NO AUDITÓRIO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE GONDOMAR

A - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Discussão e votação da ata da sessão anterior (28-02-2023).
2. Propostas da Câmara Municipal de Gondomar sobre:
 - 2.1 - Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2022;
 - 2.2 - “Estratégia Local de Habitação (EHL) de Gondomar” – 1.ª Alteração;
 - 2.3 - “Ligação entre a Rua Novais da Cunha e a Avenida da Conduta”;
 - 2.4 - Projeto de Regulamento de Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e Outras Formas de Jogo;
 - 2.5 - Terrenos – Desafetação do domínio público, de parcela de terreno, com a área de 90,92m², situada na Rua Aristides de Sousa Mendes, na Freguesia de Baguim do Monte;
 - 2.6 - Terrenos – Desafetação do domínio público, de parcela de terreno, com a área de 5 227,90 m², situada na Rua Adelino Amaro da Costa, em Gondomar (S. Cosme), na Freguesia de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim;
 - 2.7 - Terrenos – “Construção do Percurso da Via Nordeste – Ligação de Rebordãos (EN 12-1) à Rua da Granja” – Retificação da Resolução de Expropriar e da Declaração de Utilidade Pública da Expropriação da parcela n.º 30, aprovada por deliberação de 06-02-2019.
3. Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do n.º 2 do artigo 25.º, em conjugação com o disposto no n.º 4 do artigo 35, da Lei 75/2013, de 12 de setembro (fevereiro e março de 2023).

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Aníbal Jaime Gomes Lira)

27. ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL


GONDOMAR
é a vida
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

-----Foi verificada a identidade e legitimidade do Senhor **Nuno Tiago Carvalho Alves de Sousa**,
que esteve presente em substituição do Deputado Senhor Manuel Pedro Ferreira de Carvalho,
conforme termo anexo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

27. ABR 2023



TERMO DE IDENTIDADE E LEGITIMIDADE

Aos vinte e sete dias dias do mês **abril** do ano **dois mil e vinte e três**, compareceu, em substituição do Deputado Senhor Manuel Pedro Ferreira Carvalho e por impedimento da eleita que o antecede na respetiva lista, a Senhora **Nuno Tiago Carvalho Alves de Sousa**, para os fins previstos no artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, tendo sido verificada a sua identidade através do Cartão de Cidadão nº 14376923, válido até 06-08-2029, bem como a sua legitimidade, por se encontrar posicionado no lugar imediatamente a seguir na ordem da lista Centro Democrático Social – Partido Popular, apresentada nas eleições autárquicas realizadas em 26 de setembro de 2021.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA

O ELEITO

27.ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

GONDOMAR

é vida
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

-----Foi verificada a identidade e legitimidade da Senhora **Alexandra dos Santos Carvalho**, que esteve presente em substituição do Deputado Senhor Ricardo Jorge Cardoso dos Santos Couto, conforme termo anexo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

27.ABR 2023



TERMO DE IDENTIDADE E LEGITIMIDADE

Aos vinte e sete dias do mês **abril** do ano **dois mil e vinte e três**, compareceu, em substituição do Deputado Senhor Ricardo Jorge Cardoso dos Santos Couto eleitos que a antecedem na respetiva lista, a Senhora **Alexandra dos Santos Carvalho**, para os fins previstos no artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, tendo sido verificada a sua identidade através do Cartão de Cidadão nº 12107040, válido até 27-08-2028, bem como a sua legitimidade, por se encontrar posicionado no lugar imediatamente a seguir na ordem da lista PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA, apresentada nas eleições autárquicas realizadas em 26 de setembro de 2021.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA

A ELEITA

27. ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

GONDOMAR

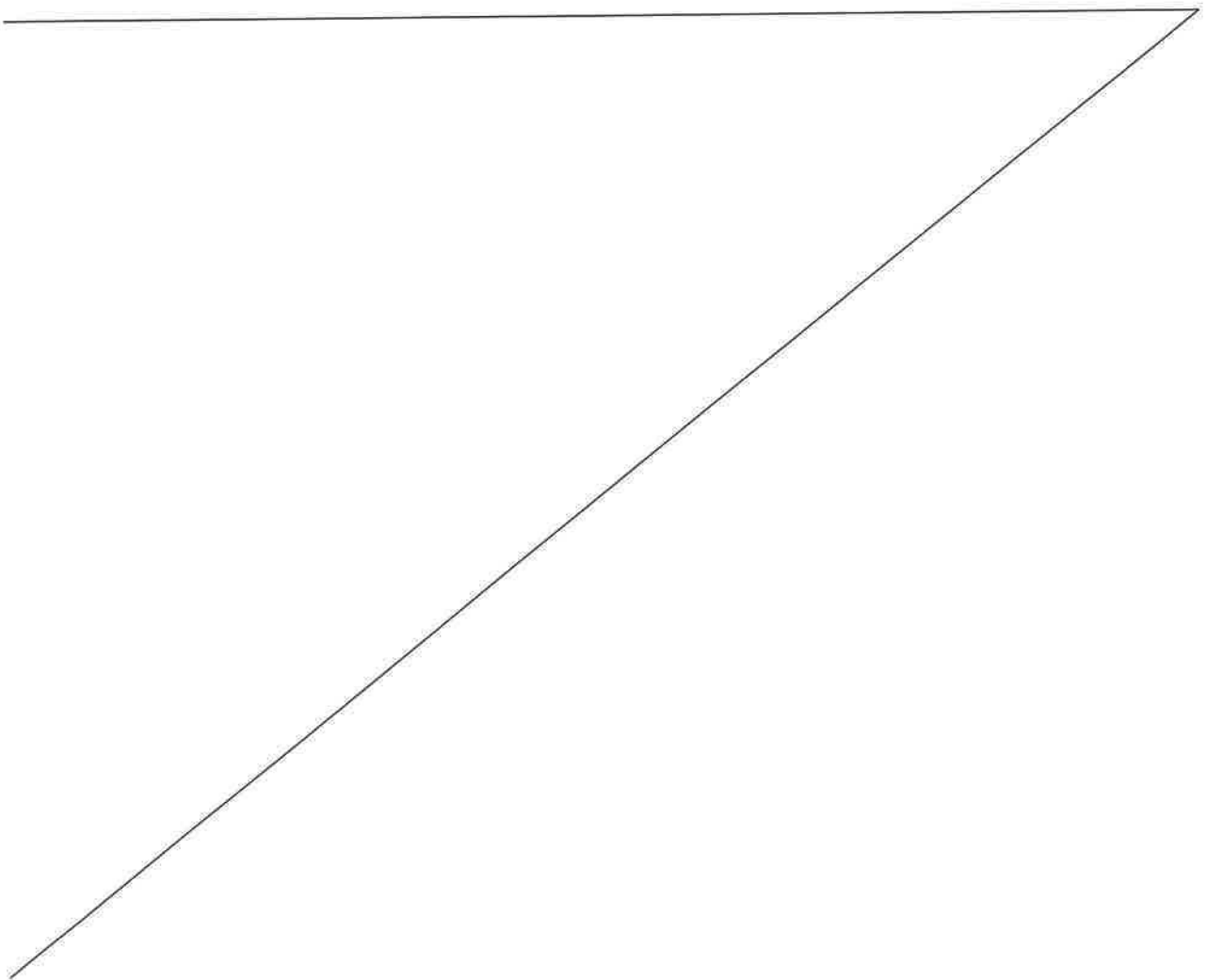
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

----- Entrou-se no ponto **A - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Nos termos dos números 1 e 6, do artigo 49º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, e do número 1, do artigo 26.º, do Regimento da Assembleia Municipal, na sua redação atual, foi aberto o período de intervenção ao público, não se tendo verificado nenhuma intervenção. -----

----- Entrou-se no ponto **B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Foram apresentados à Mesa os seguintes documentos, para integrarem o Período de Antes da Ordem do Dia: -----



27.ABR 2023



Voto de condenação pelas declarações do Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre a agressão da Rússia à Ucrânia

No passado dia 15 de abril, durante uma visita à República Popular da China, o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, em declarações aos jornalistas sobre a agressão da Rússia à Ucrânia afirmava, entre outras considerações, que "os Estados Unidos devem parar de encorajar a guerra e começar a falar de paz, a União Europeia deve começar a falar de paz" e acrescentou ainda que "é preciso (...) convencer os países que estão fornecendo armas e incentivando a guerra a pararem".

Ora, estas afirmações são inaceitáveis, colocando a responsabilidade do conflito em quem manifestamente não a tem, uma vez que foi a Rússia que invadiu a Ucrânia, tendo, até ao momento, provocado milhares de mortos e milhões de refugiados e deslocados, para além de milhares de milhões de euros em danos materiais, com as infraestruturas básicas do país fortemente devastadas.

Ao dizer o que disse, o chefe de Estado Brasileiro posicionou-se inequivocamente ao lado da Rússia de Vladimir Putin, líder de um regime totalitário que tem desrespeitado de forma reiterada os mais básicos direitos humanos, atuando à margem do Direito Internacional, e atacou a posição portuguesa sobre este conflito, ao colocar a responsabilidade do conflito na União Europeia e na NATO, organizações internacionais de que Portugal faz parte.

Ou seja, Lula da Silva preferiu colocar-se ao lado dos inimigos da liberdade, em vez de defender quem está a ser agredido e invadido, demonstrando, uma vez mais, estar muito longe de ser um exemplo no que respeita à defesa dos valores democráticos.

Assim, pelo exposto, reunida em sessão plenária, a Assembleia Municipal de Gondomar condena as declarações do Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre a agressão da Rússia à Ucrânia.

27. ABR 2023



A handwritten signature in black ink, consisting of several sharp, angular strokes.

O Deputado Municipal do CHEGA,

Nuno Miguel Pontes

27.ABR 2023



RECOMENDAÇÃO

Mais habitação acessível: apoiar jovens através do movimento cooperativo de habitação económica

Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar. ^[1] Afirma-se na Constituição da República Portuguesa.

A Lei de Bases da Habitação consagra que *A promoção e defesa da habitação são prosseguidas através de políticas públicas, bem como de iniciativa privada, cooperativa e social, subordinadas ao interesse geral.* ^[2] Ainda, digno de nota, será o facto das estruturas da habitação cooperativa terem assento no Conselho Nacional de Habitação.^[3] Também, essa mesma Lei de Bases, no seu artigo 21.º, refere que os municípios poderão *Apoiar as cooperativas de habitação* ^[4]

Uma aposta no sector cooperativo poderá ajudar a garantir mais habitação acessível.^[5] Isto, em especial, para aqueles que tenham menos recursos, facilitando, deste modo, mais habitação condigna. Abre-se, assim, espaço para reflexão em torno das cooperativas de habitação económica, também no município do Gondomar, em especial junto dos jovens.

Durante a 3.ª edição do Festival Internacional de Habitação Social, que decorreu em Helsínquia no passado mês de Junho, a vereadora da habitação da cidade de Lisboa, referiu que esta autarquia *está a identificar os terrenos a disponibilizar para cooperativas*^[6] e a *solicitar aos jovens que participem na construção dos critérios de atribuição, respeitando os princípios da sustentabilidade económica, social e ambiental.* Recentemente, igualmente, nesse município, se discutiu a possibilidade *de consenso sobre a reserva de solo municipal para cooperativas de habitação acessível.*^[7] Estando, ainda em cima da mesa, uma proposta que *procurava envolver o movimento cooperativo, que é parte fundamental da solução para a crise de habitação na cidade.* ^[8] Neste âmbito foi viabilizada uma proposta que *estabelece uma reserva de solo municipal mínima a afectar exclusivamente a cooperativas de inquilinato ou usufruto.*^[9] Este executivo municipal manifestava-se, assim, pelo entendimento que *o desafio da habitação acessível passa por reinventar o movimento das cooperativas, e contamos com o apoio e criatividade dos jovens.* ^[10]

27.ABR 2023





As cooperativas de habitação, seja em sistema multiforme ou em modelo direto possibilitam outras soluções urbanísticas, sociais e económicas. Por outro lado, o arquiteto Martim Guimarães da Costa vê, ainda, outras dimensões como possíveis faces ao desígnio de revitalizar a habitação acessível, isto através do movimento cooperativo de habitação económica, referindo-se a: ... *parcerias com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), para mobilizar o património devoluto do Estado, com as Câmaras Municipais, no sentido de promover através de sistemas perequativos que possibilitem a criação de bolsas de terrenos a atribuição de terrenos municipais, da cedência do direito de superfície e da urbanização da envolvente, e com outras pessoas coletivas de direito privado e de utilidade pública (designadamente Misericórdias, IPSS's, Núcleos de Residentes, Grupos de Autoconstrução, Associações Académicas, de Estudantes, de Moradores, etc..). Estas parcerias devem ter como contrapartida a possibilidade de as cooperativas integrarem programas públicos de habitação.*^[11]

Face ao exposto a representação municipal do Partido PAN - Pessoas-Animais-Natureza, propõe que a Assembleia Municipal de Gondomar delibere recomendar à Câmara Municipal de Gondomar que:

- 1) Desenvolva uma campanha de sensibilização/informação junto dos jovens, esclarecendo a propósito das valências do sector cooperativo de habitação social e dos modelos de habitação colaborativa.
- 2) Lance, ainda, o repto para que os jovens participem na construção dos critérios de análise, design e implementação de um projecto de pendor municipal, orientado pelos princípios da habitação cooperativa.
- 3) Se aproxime do movimento cooperativo de habitação económica convocando possíveis sinergias para mais habitação acessível no concelho de Gondomar, em especial, para os jovens.
- 4) Inicie o processo de sinalização e mapeamento de soluções com potencial de uso para a implementação de habitação acessível cooperativa para jovens.

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Gondomar
e-mail: amgondomar@pan.com.pt



[1] Artigo 65.º, ponto 1. (Habitação e urbanismo)

[2] Lei n.º 83/2019, de 03 de Setembro, Artigo 3.º, Princípios gerais, ponto 4.

[3] Afirmando-se a tal respeito que *As associações ou estruturas federativas das cooperativas de habitação, das organizações de moradores da habitação colaborativa*; Artigo 16, ponto 4.

[4] Ponto g)

[5] Não existindo intermediários nem riscos especulativos. Nestes casos as casas poderão ser vendidas a preço de custo, com isenção fiscal,

como será o caso do IMI, por exemplo. A acumulação de um fundo resultante de vários cooperantes permite reduzir custos e encargos. Iguamente, um controlo de custos e um risco colectivo, permite acautelar a especulação no negócio.

[6] As cooperativas, em geral, têm como fim último o bem-estar social. Através da sua atividade, contribuem para uma comunidade

socialmente mais equilibrada, e mais sólida economicamente. Tendo como princípios norteadores, de entre outros, a adesão voluntária, a gestão e a administração democrática, a participação e rentabilização económica- financeira dos seus membros, a colaboração entre cooperativas, promovendo o desenvolvimento sustentável de comunidades mais justas e igualitárias.

[7] <https://www.construir.pt/2022/07/15/lisboa-discute-cooperativas-de-habitacao>

[8] Idem

[9] Ibidem.

[10] Ibidem.

[11] <https://espacodearquitetura.com/artigos/revitalizar-o-movimento-cooperativo-de-habitacao/>

27.ABR 2023



3

MOÇÃO: Captura- Esterilização e Devolução de cães

Considerando que o abandono de animais deve motivar a nossa atuação política, e que no caso dos felídeos as políticas de Captura, Esterilização e Devolução (CED) têm permitido gradualmente o controle da população nas várias colónias do concelho, evitando assim mais nascimentos e circunscrevendo o número de animais naquele espaço, por via da esterilização.

Sabemos hoje que, igualmente, o protocolo CED em cães é possível e, acima de tudo, necessário, para evitar a formação de matilhas e de outros problemas associados.

Pese embora, em termos regulamentares, o município possa dar alguns passos no sentido de garantir a concretização desta ação, será mais fácil, se o Governo ou a Assembleia da República assumirem a existência e necessidade destes programas e os regulamentarem.

Face ao exposto, vem o Grupo Municipal do PAN Gondomar propor que a Assembleia Municipal de Gondomar, na sua Sessão Ordinária do dia 27 de abril de 2023, delibere aprovar uma moção no sentido de:

1. Recomendar ao Governo e à Assembleia da República que regule as políticas CED dos canídeos.

Desta moção deve ser dado conhecimento ao Sr. Presidente da Assembleia da República, solicitando que a distribua a todos os partidos com assento na Assembleia da República e ao Governo, nomeadamente ao Ministro do Ambiente, que tem o pelouro do bem-estar dos animais considerados de companhia.

O Grupo Municipal do PAN Gondomar.

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Gondomar
e-mail: amgondomar@pan.com.pt

**iniciativa
Liberal**

Recomendação – Fazer cumprir o Projeto-Lei nº598 da Assembleia da República

No passado dia 24 de março, foi aprovado pelo Parlamento, na generalidade, o Projeto-Lei nº598, que consagra uma alteração legislativa à Lei nº75/2013, de 12 de setembro, ou seja, ao Regime Jurídico das Autarquias Locais. Essa alteração versa, precisamente, consagrar a transmissão e divulgação das sessões e reuniões públicas das autarquias locais.

A medida encarna uma das principais bandeiras da Iniciativa Liberal e que deve ser a bandeira de qualquer instituição democrática: a transparência.

Após tal medida ter sido validada por ampla maioria no órgão máximo do poder legislativo do nosso país, apesar de ainda ter de ser discutida em sede de especialidade, é notória a vontade política que tal desígnio se suceda. Como tal, os próprios órgãos autárquicos devem, antecipadamente, tomar as medidas devidas para que, ainda antes de ser obrigatório por lei, seja possível iniciar, o mais cedo possível, a transmissão das diversas sessões públicas.

A Iniciativa Liberal congratula a tomada de posição da Assembleia da República nesta matéria, que, conforme temos visto, terá um real impacto na perceção política do nosso concelho, visto que há cada vez mais público presente nas sessões públicas dos diversos órgãos, seja as reuniões de Executivo Municipal, as sessões das Assembleias de Freguesia ou as sessões da Assembleia Municipal. É tempo, portanto, de dar o passo certo, o passo em frente.

Posto isto, a Assembleia Municipal de Gondomar recomenda que:

- A partir da próxima sessão ordinária, as sessões desta Assembleia passem a ser transmitidas em direto, via meios digitais;
 - A partir da próxima reunião pública, as reuniões públicas do Executivo Municipal passem a ser transmitidas em direto, via meios digitais;
- Sejam consertados esforços para que, até às sessões ordinárias do próximo mês de setembro, as Assembleias de Freguesia estejam preparadas para iniciar a sua transmissão em direto, via meios digitais.

revisado

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,

João Resende Figueiredo



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Gondomar

Saudação ao 1º de Maio

Há 50 anos, no 1º de Maio de 1973, apesar da ditadura fascista, trabalhadores e povo saíram às praças e ruas do país. Com grande coragem. Sabiam que haveria cargas policiais, feridos e prisões. Mas não desistiram. Em Lisboa, Porto, Coimbra, Marinha Grande, Alpiarça, Amadora, Espinho, Torres Novas e em muitos outros locais do país exprimiram a vontade coletiva para melhorar as suas condições de vida e de trabalho, combater as injustiças e desigualdades, acabar com a exploração. E lembravam o Dia Internacional do Trabalhador, as greves e as manifestações de Chicago nos EUA, pela redução da jornada de trabalho para 8 horas e que foi violentamente reprimida, com a condenação à morte de dirigentes sindicais.

Menos de um ano depois, chegou o 25 de Abril de 1974. A explosão de democracia marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: cuidados de saúde públicos, educação, habitação, o direito ao trabalho e ao salário, o reconhecimento às férias e respetivo subsídio, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300 escudos. Foi também após esta data que se consagraram o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como uma nova forma de organização dos trabalhadores, as Comissões de Trabalhadores (CT).

Num momento em que, pelos efeitos da fortíssima inflação, da não reposição de direitos retirados no tempo da troika, dos baixos salários, das novas formas de precarização do trabalho, trabalhadores e trabalhadoras de todos os setores se têm manifestado pelo trabalho digno e pelo direito à habitação, é mais que nunca importante assinalar e valorizar o 1º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador. E lembrar que o direito a trabalhar, em condições justas e favoráveis, com uma remuneração justa e satisfatória, que assegure ao trabalhador e à sua família uma existência compatível com a dignidade humana, é um direito humano.

Assim, a Assembleia Municipal de Gondomar reunida em sessão ordinária em 27 de Abril de 2023, delibera:

- 1. Saudar o 1º de Maio e nele a coragem de todos e todas, que exigem dignidade, democracia e progresso social, emprego com direitos, salário e pensões dignas e serviços públicos de qualidade para todos e todas**
- 2. Saudar as lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores dos setores público, privado e social, por condições de trabalho dignas, salários justos e contra todas as formas de precariedade ou exploração**

A/O representante do BE

27. ABR 2023




Bloco de Esquerda
Assembleia Municipal de Gondomar

VOTO DE SAUDAÇÃO

VIVA O 25 DE ABRIL!

Comemoramos o quadragésimo nono aniversário do 25 de Abril de 1974, um dos momentos mais importantes da nossa história coletiva. O vinte e cinco de abril não é apenas importante como uma data simbólica, mas também como um processo de transformação social que modelou o nosso presente. A vitória da liberdade e da democracia contra o fascismo e a opressão permitiram iniciar a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

Com o 25 de Abril ampliaram-se os direitos de cidadania, implantou-se a democracia e desenvolveu-se o Estado Social. Conquistou-se o direito à participação política, democratizou-se a educação, criou-se o Serviço Nacional de Saúde e garantiu-se o direito à habitação. Terminou-se com a guerra e o colonialismo português. A Constituição da República consagrou as liberdades e os direitos democráticos, sociais e laborais conquistados no processo revolucionário.

As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a revolução de abril não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de abril implica aprofundar a democracia e combater as desigualdades e a exclusão social.

Em 2022, a inflação superou recordes de trinta anos e, em 2023, continua a crescer. As recentes notícias de um ligeiro abrandamento apenas confirmam o prolongamento da perda de poder de compra de salários e pensões. Ainda que a ritmo oscilante, os preços continuam a subir e de forma mais pronunciada nos bens alimentares.

27.ABR 2023

A perda de poder de compra, o desemprego e a precariedade laboral são ataques aos direitos de quem trabalha e um obstáculo à liberdade. Temos de ser firmes no seu combate. A um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efetivo, defendendo o direito constitucional ao trabalho com direitos. A um salário deve corresponder uma vida digna. Não há verdadeira democracia quando a desigualdade e a exclusão social afetam ainda tanta gente no nosso país, privando-a de muitos dos direitos básicos que Abril nos deu.

As discriminações com base no género, na orientação sexual e nas características étnico-raciais perpetuam estereótipos, promovem a desigualdade e limitam o acesso a direitos. A prática destes atos é um obstáculo à democracia e à liberdade individual. O racismo e a xenofobia comprometem os direitos, reduzindo a cidadania daqueles que são percecionados como “outro”, debilitando a democracia. A diversidade étnico-racial da sociedade portuguesa deve ser acolhida e respeitada, garantindo a todos os cidadãos nascidos em território nacional a nacionalidade portuguesa.

As políticas de imigração criam inúmeras dificuldades aos imigrantes, que tanto contribuem para o desenvolvimento social e económico do país. Estas dificuldades são muitas vezes potenciadoras de situações de discriminação e desigualdade, colocando-os à margem do tecido social nacional e cerceando a sua participação política, ao não lhes ser permitido, na maior parte dos casos, elegerem e serem eleitos, pedra basilar da democracia representativa que Abril instaurou.

O projeto político iniciado no 25 de Abril de 1974, alicerçado em políticas de igualdade, liberdade e fraternidade, deve continuar a ser a matriz sobre a qual tecemos a nossa vida coletiva, orientando a implementação de políticas públicas que garantam direitos iguais para todos, não deixando ninguém para trás.

Assim, a Assembleia Municipal de Gondomar, reunida a 27 de abril de 2023, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2 alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

1. Evidenciar o 49º aniversário da Revolução como uma comemoração de luta que tem a sua plenitude na rua, espaço público e democrático, cuja participação cumpre com a exaltação da memória e o tributo a todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura do Estado Novo e se empenharam pela democracia social e

27.ABR 2023



laboral e pela implementação de um Estado social, saudando a efeméride por aclamação;

2. A remessa do teor integral da presente proposta aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, à Associação 25 de Abril, às Centrais Sindicais.

As deputadas e os deputados municipais, eleitos pelo Bloco de Esquerda,

Moção**Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático**

Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspectos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação.

Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril (grupo de militares em que predominava a patente de capitão) e que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País.

E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam.

Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas.

Assim, comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta anti-fascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória colectiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado.

Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de ruptura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava.

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.

Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas.

Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a acção do passado fascista assentavam.

Foi pela acção revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local hoje ameaçado, pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir.

Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.

A Assembleia Municipal de Gondomar, reunida a 27 de Abril de 2023, delibera:

1. Saudar o 49.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;
2. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 48 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja acção deixou marca indelével no Poder Local;
3. Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;
4. Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatórios;
5. Dar concretização ao processo de reposição das freguesias liquidadas;
6. Exortar a que os órgãos representativos da autarquia promovam um programa de iniciativas dirigida às comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril, envolvendo a participação das forças vivas do concelho, que contribua para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de acto de emancipação, democracia e liberdade.

Gondomar, 27 de Abril de 2023

Os eleitos da CDU

Elzeir A. A. A. A.
Nomica Sampaio
João Silva
José Vitor

27. ABR 2023



MOÇÃO

MOVIMENTO ASSOCIATIVO EM VALBOM

Valbom foi, é e será sempre uma Terra excecional no que ao Associativismo diz respeito.

Efetivamente Valbom alberga no seu seio, quer no campo cultural, desportivo ou social, uma boa meia dúzia de grandes associações, clubes e outras instituições.

Começando pelo setor cultural e pela Escola Dramática e Musical Valboense, de referir que é uma instituição com 117 anos de vida sempre dedicados ao Teatro, à Música, à Poesia e a outras formas de Cultura, aqui se formaram diversas gerações de homens que, mais tarde, vieram eles próprios a fundar e constituir outras instituições que continuaram a ser das mais notáveis de Valbom.

Falar concretamente das realizações desta Instituição ao longo de todos estes anos é tarefa completamente impossível, muito menos neste espaço e com o tempo disponível.

Apenas citar, porque são atuais e parecem de um interesse extraordinário, algumas realizações.

Refira-se o Festival de Teatro Amador “O FETAV”, que vai na sua 38.ª Edição e que é só o mais antigo e melhor Festival de Teatro Amador que se realiza no país.

Pela sala de espetáculos da Escola Dramática, passam durante os meses de abril e maio, todos os sábados, sem interrupção, grandes peças, com noites de teatro extraordinárias e com lotação quase sempre esgotada. É realmente um marco no Teatro Amador, em Portugal.

Em simultâneo, a Escola Dramática criou, e está a trabalhar num Grupo de Teatro Juvenil, iniciativa esta de longo alcance e quase inédita em Portugal.

Aspira, ainda, à criação de uma Escola Profissional de Teatro. Tantos projetos para tantos anos de existência.

Outra Associação que merece todo o destaque é o “FIDES – Orfeão de Valbom”. Criada em 25 de dezembro de 1985, a Associação FIDES – Orfeão de Valbom, tem desenvolvido uma atividade cultural constante, não só na música, mas também na poesia, no bailado, nas artes plásticas, no teatro, na rádio, entre outras.

O Grupo Coral foi a razão do nascimento da Associação “Coral Fides – Orfeão de Valbom”, elemento preponderante da Associação.

Hoje, o Fides, para além do seu grupo coral, tem na cultura a sua grande aposta com a existência da sua Escola de Música e Artes com o ensino de Piano, Guitarra, Violino, Bateria, Saxofone, Formação musical e Ballet, continuando a acreditar no seu lema “o caminho faz-se caminhando”,



e que caminho vem fazendo o FIDES. Tem levado o nome de Valbom e Gondomar de norte a sul do país e em digressões pelo estrangeiro.

É um baluarte da música e congrega no seu seio muitas dezenas de participantes, alguns deles já de propecta idade.

Ainda no aspeto cultural, mais um último destaque, este, para a Associação "Dancingstar", que nasceu a 24 de janeiro de 2007, na Cidade de Valbom, com a finalidade de proporcionar e fundamentar a todos os gostos pela dança. Tem aproximadamente 250 atletas, divididos por vários escalões de Danças Urbanas, Ballet, Teatro Musical, Contemporâneo e Krav-Mag. Já representaram o país em Macau e participaram no "Got Talent", conseguindo chegar à meia final. Com apenas 16 anos de vida, esta Associação é já uma referência na dança em Valbom, Gondomar e no país.

Na vertente social e humanitária, justo é destacar duas Associações:

- A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valbom;
- O Centro Social e Cultural de Valbom.

No dia 03 de outubro de 1927, foi fundada a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valbom, uma associação que, mesmo com todas as dificuldades com que se foi deparando, comemorou 95 anos de ajuda à sua população. A associação tem atualmente cerca de 1700 associados.

Atualmente, o Corpo de Bombeiros desta associação dispõe de cerca de 80 elementos, no seu quadro ativo e na reserva, sendo 55 bombeiros voluntários e 25 assalariados. Conta com 22 veículos (5 ambulâncias e 17 de combate a incêndios e apoio às operações), que servem uma população de cerca de 30 000 habitantes em 4 freguesias. Em média, anualmente, prestam 6 000 serviços de socorro e noutras valências. Por dia, têm cerca de 12 saídas de ambulância.

Possui ótimas instalações, mas que já se vão tornando pequenas para o número de homens e veículos que possuem.

Prestam, no entanto, um serviço de excelência a toda a comunidade, que é cada vez mais reconhecido, quer em Gondomar, quer no País.

O Centro Social e Cultural de Valbom, tem vindo a realizar uma obra ímpar nas suas mais diversas valências.

Possui creche para crianças, uma estrutura residencial para pessoas idosas, centro de dia e apoio domiciliário.

Em todas estas vertentes tem profissionais qualificados, que prestam serviços de alta qualidade.

27.ABR 2023



Tem ainda, a particularidade de, no contexto económico ser hoje, senão a maior, um dos maiores empregadores de Valbom.

E, por fim, o Desporto.

Tem Valbom vários Clubes de referência em diferentes modalidades, citando apenas duas:

- Ginásio Clube de Valbom;
- Clube Naval Infante D. Henrique.

O Ginásio Clube de Valbom, que tem por modalidade eleita o Ténis de Mesa. Tem alcançado resultados desportivos sensacionais, nomeadamente, 40 títulos Nacionais e cerca de 300 Regionais e Distritais, que tornam este clube no mais galardoado do distrito e um dos maiores a nível nacional. Tem ainda, presença em várias épocas nas competições europeias.

Na presente temporada, o Ginásio acaba de vencer a Zona Norte da Liga de Honra (último jogo em 22/04/2023) e vai enfrentar nos próximos dias 13 e 14 de maio, em *play off*, a disputar em Lisboa, com os vencedores das outras Zonas, o Benfica, o Clube Top Spin e o vencedor da Zona da Madeira – O Caramanchão, o acesso à 1.ª Liga do Ténis de Mesa Nacional. Possui instalações próprias, que são consideradas das melhores do país para a prática desta modalidade.

Tem protocolos com diversos Agrupamentos de Escolas, Autarquia e Federação Portuguesa de Ténis de Mesa, com vista à captação e treino de jovens.

E por último, fechamos com chave d'Ouro, referindo que o Clube Naval Infante D. Henrique, se dedica à prática exclusiva de remo, sendo onze vezes Campeão Nacional de Clubes, nos últimos 12 anos, ficando em 2.º lugar, em 2017. É o maior clube de remo português e único clube de Gondomar que é líder nacional numa modalidade olímpica.

Conta com 230 atletas, com idades compreendidas entre os 8 e os 70 anos e em todas as vertentes com alto rendimento, competição, formação, lazer e desporto adaptado.

Organiza diversos eventos desportivos de alta relevância para o Concelho, nomeadamente, Regata Internacional de Gondomar, Regata Internacional da Península Ibérica, Regata da Liberdade e Regata Aerobic Monsters.

Tem protocolos com instituições de apoio a deficientes para a prática desportiva gratuita e com a Escola Secundária de Valbom, para apoio ao Curso Profissional de Técnico de Desporto.

Pelo acima exposto, propõe-se que a Assembleia Municipal de Gondomar, aprove a atribuição de um Louvor às Instituições aqui mencionadas.

*CSSR teve de
Gondomar*

Gondomar, 27 de abril de 2023

O Grupo Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



----- Intervieram os(as) Senhores(as) Deputados(as): -----

----- **DANIEL VIEIRA** (CDU) – Sobre as várias moções, algumas considerações, começo por aquelas que nos parecem consensuais, a do Bloco de Esquerda, sobre o 1.º de Maio e 25 de Abril, de acordo, a do Partido Socialista, do Movimento Associativo, nada a opor, chamava só à atenção se está incluído todo o Movimento Associativo, porque isso às vezes pode gerar alguma questão, mas parece-me estar bem formulado do ponto de vista da saudação. A do PAN, sobre a questão da captura, esterilização e devolução dos animais parece-nos bem, parece que a regulamentação faz sentido, sobre a questão da habitação temos mais dúvidas, parece-nos bem intencionada a proposta, não pomos isso em causa, mas temos dúvidas sobre uma questão de princípio de fundo que tem que ver com quem tem a responsabilidade da habitação, do ponto de vista constitucional e, no nosso entendimento, é ao Estado Central que compete essa mesma responsabilidade e, desse ponto de vista, se calhar, optaremos pela abstenção, vamos esperar por aquelas que vão ser as vossas explicações. A moção da Iniciativa Liberal, de acordo, parece-nos pacífico, aliás discutimos isso aquando do Regulamento e até parecia haver um encaminhamento de que isso, mais cedo ou mais tarde, haveria de acontecer e relativamente a esta matéria também somos liberais. Sobre o voto de condenação do Chega, nem pensar, não estamos de acordo, não acompanhamos esse voto de condenação. -----

----- Sobre a nossa moção, visa procurar valorizar o poder local neste contexto das comemorações do 25 de Abril com este entendimento de que muitas vezes falamos num conjunto de conquistas do 25 de Abril, mas o poder local é, se calhar, das melhores conquistas e das maiores realizações do 25 de Abril, ou seja, o seu carácter colegial, democrático, etc. E queremos dizer o seguinte, por vezes, até temos divergências profundas com quem está à frente desta ou daquela

27. ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



GONDOMAR
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Autarquia, mas independentemente disso, o poder local deu um contributo decisivo para o desenvolvimento do país. -----

----- Por último, duas questões para o Executivo Municipal, uma tem a ver com as colónias balneares, se existe algum desenvolvimento relativamente a essa matéria, nós colocámos o problema na última Assembleia das águas balneares, sobre uma primeira “não classificação” do Município e se o Município ia ou não protestar face a essa “não classificação”, ou seja, se protestou, se cumpriu os prazos e que perspetivas tem quanto a esse protesto. -----

----- Outra questão, nós já tivemos aqui a oportunidade de saudar a requalificação do Cavalete do Poço de S. Vicente, em S. Pedro da Cova, parece-nos muito positivo ao fim de tantos anos, também já referimos a importância de alargar essa requalificação a todo aquele património mineiro, mas eu passei lá e vi que foi construída uma parede que não corresponde àquilo que é a estrutura inicial do edifício, que me parece que o descarateriza bastante e até sei que a Direção Regional de Cultura terá dado um parecer negativo relativamente a isso, foi o que me foi dito. Gostava de questionar se a Câmara tem conhecimento disto, se está a acompanhar esta situação, porque há aqui a questão de que a partir do momento da inauguração daquele património, as pessoas vão fotografar, vai haver toda uma memória de uma construção que não corresponde a uma parte fundamental do Cavalete e, portanto, chamava a atenção relativamente a esse problema e se há alguma explicação relativamente a isso. -----

----- **MIGUEL AZEVEDO (PS)** – Eu venho aqui como representante da Assembleia Municipal na CPCJ na Comissão Alargada lembrar que este mês é da prevenção dos maus tratos na infância e que, de facto, nós também devíamos ter uma participação ativa e, por pedido da Dra. Inês Queirós, que é a Presidente da CPCJ, foi distribuído um *pin* azul que gostaríamos que pudessem utilizar até

27.ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



GONDOMAR
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

ao final do mês e, sempre que fosse necessário, chamar a atenção para a prevenção dos maus tratos. -----

----- **SARA SANTOS** (BE) – O Bloco de Esquerda apresenta duas moções, um voto de saudação ao 25 de Abril, que celebrámos na passada terça-feira e um voto de saudação ao 1.º de Maio. Vimos também celebrar e saudar o progresso social, o trabalho com direitos, salários, pensões dignas, a luta dos trabalhadores e trabalhadoras e, acima de tudo, contra todas as formas de precariedade e exploração. Dizer que acompanhamos todas as moções que foram apresentadas, exceto a moção do Chega. -----

----- **RUI CORREIA** – Presidente da Junta de Freguesia da Lomba – O que me traz aqui hoje é um problema que já aconteceu no ano passado e este ano vai voltar a acontecer certamente, são as motas de água no Rio Douro, nós não temos nada contra e penso que toda a gente de Melres e Medas também não tem nada contra as motas de água normais. Agora existe uma competição no rio, deve ser um campeonato de motas de água todas alteradas, com escapes que torna impossível viver à beira rio com essas motas, parece uma autêntica fábrica e incomoda, temos também algumas unidades hoteleiras de turismo de alojamento local que se incomodam com a situação, porque a partir do momento em que eles vão para o rio não há descanso naquela zona. -----

----- A Junta de Freguesia tem tido cuidado e, ao longo do ano passado, contactei a Polícia Marítima, que diz que não pode fazer nada, porque as motas estão legais, contactei a GNR, que diz que a competência não é da GNR, porque são motas de água e a GNR não atua na água. A Polícia Marítima diz que a competência de fiscalizar essas motas e controlar o ruído, dado que estão documentadas e legais, pertence à Câmara Municipal de Gondomar. Eu ligo para a Câmara Municipal, nomeadamente para a Polícia Municipal, dizem que não têm aparelhos para medir o ruído na via pública e que não é da competência da Polícia Municipal, ou seja, ninguém é

27. ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



responsável por fiscalizar estes senhores que vão para o rio fazer imenso barulho e não sabemos como é que havemos de resolver a situação. Isto equipara-se a vocês terem um indivíduo que tem uma mota toda alterada e põe-se em frente à vossa casa a fazer barulho toda a tarde, se não é normal na estrada termos esse tipo de ruído em frente às nossas casas, muito menos também não deve ser normal termos esse tipo de ruído no rio. E depois o rio tem um efeito de duplicar o som, porque propaga-se, porque o rio fica sempre em zonas mais baixas, propaga-se pela montanha e ouve-se a quilómetros as motas de água. Por isso, Senhor Presidente, pedia que, junto dos serviços da Câmara Municipal, solicitasse um parecer para que encontrássemos a entidade que vai fiscalizar e acabar neste verão com esta situação toda de barulho, porque isto não é normal. -----

----- **URBANO MARQUES** (CDS) – Eu tenho duas perguntas a fazer, como é que está a ser feita a preparação da época dos incêndios no Concelho de Gondomar? Relembro que estamos na primavera, estamos a enfrentar a terceira vaga de calor e promete ser um ano difícil nesse aspeto.

----- Segundo aspeto, a análise das águas das praias fluviais de Gondomar, penso que vamos manter a bandeira azul na Lomba e em relação à Praia de Melres e Zebreiros como estão as águas, já saíram os resultados da análise? -----

----- **NUNO PONTES** (CH) – Leu o “Voto de Condenação pelas declarações do Presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, sobre a agressão da Rússia à Ucrânia”. -----

----- Gostava só de salientar que todos nós defendemos e queremos a paz e a maneira dessa acontecer é a saída imediata das tropas russas da Ucrânia, país que nunca deveria ter sido invadido, era apenas isso que o Lula da Silva deveria ter defendido e dito. -----

----- Relativamente às moções, os votos de saudação do Bloco de Esquerda, tanto do 25 de Abril como do 1.º de Maio, vão ter o voto contra do Chega, o voto de saudação ao 25 de Abril, no nosso entender, está carregado de carga ideológica e da vitimização tão característica que nos vão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



habitando, sem sentido também a afirmação de que qualquer cidadão português, que nasça em território português, lhe seja obrigatoriamente dada a nacionalidade portuguesa. Em relação à saudação do 1.º de Maio, a carga ideológica continua lá, embora o partido do Chega defenda também melhores condições para os trabalhadores, não podemos de forma alguma esquecer-nos que o Bloco de Esquerda esteve a suportar mais de cinco anos uma geringonça e parece-nos que houve ali um período sabático em que se esqueceram de tudo isto e agora falam da fortíssima inflação, da não reposição de direitos retirados no tempo da troika, dos baixos salários, das novas formas de precarização de trabalho, etc, se há partido que não pode lavar daqui as mãos também é o Bloco de Esquerda. Relativamente à moção da CDU, mais uma vez, o discurso que também já nos vão habituando todos os anos, embora admito que exista lá um ponto ou outro que até seja convergente, mas não podemos ignorar que o 25 de Abril foi efetivamente importante, mas a liberdade só foi garantida totalmente no 25 de Novembro de 1975, porque, por mais que se tente desmentir, a verdade é que a extrema esquerda se preparava para tentar implementar um novo regime cubano em Portugal. Quero só aqui salientar que o Partido do Chega respeita os princípios de Abril, respeita a data, mas não compactua de maneira nenhuma com hipocrisias, não podemos permitir que em nome de Abril se confunda liberdade com libertinagem, não podemos de maneira nenhuma permitir que em nome de Abril se bata no peito e que o povo esteja sempre a pagar a fatura de compadrios, negociatas, corrupções, clientelismos, infelizmente é a isso que o nosso país tem assistido nos últimos anos. Relativamente às moções do PAN, acompanharemos, achamos que faz todo o sentido a aposta no setor cooperativo e a medida poderá ajudar a amenizar o problema que se viu com a falta de habitações e a preços acessíveis, somos adeptos do ajudar e incentivar, acompanharemos também a moção de esterilização e devolução dos cães. A iniciativa da IL

27. ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

também acompanharemos, acho que faz todo o sentido. Acompanharemos também a moção do Movimento Associativo de Valbom, até porque orgulhosamente eu sou Valboense. -----

----- Questionar o Executivo sobre se já existe uma data de início das obras para a linha de metro Dragão-Souto. -----

----- Agora, infelizmente, por mais que me custe, tenho de voltar a falar neste assunto e custa-me, porque em nada dignifica esta Assembleia e este Município, mas sendo o meu bom nome e o nome do meu partido que foi posto em causa tenho o direito e o dever de fazer um esclarecimento. Na última Assembleia Municipal, realizada em 28 de fevereiro do corrente ano, eu, Nuno Pontes, Deputado desta Assembleia Municipal, eleito pelo Partido Chega, durante o PAOD, demonstrei aqui o meu desagrado e o meu lamento, como Deputado e Munícipe, com as atitudes reiteradas e continuadas do Presidente do Executivo da União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim que, na minha opinião, continuava a não querer entender a diferença das suas redes sociais pessoais e as redes sociais oficiais e institucionais da União de Freguesias a que preside. Disse eu, não é a primeira vez que falta ao respeito aos Fregueses, atitude que já lhe valeu uma moção de censura, nunca disse se essa moção de censura tinha sido aprovada ou reprovada. Ora bem, como está em voga até as questões de semântica, a verdade é que o Senhor Presidente foi censurado pelos que votaram favoravelmente a moção, penso que todos entenderam o teor da afirmação exceto o Senhor Presidente António Bráz, e foi com grande estupefação que recebi um email, assim como todos vocês aqui nesta Assembleia receberam, no dia 3 de março, onde o Sr. António Bráz se regozija com a situação que penso que o deveria envergonhar e acusa-me, assim como o meu partido, de termos dificuldade em falar a verdade. Em primeiro lugar, considero uma atitude covarde, uma vez que eu falei nesta Assembleia e se o Senhor Presidente António Bráz sentiu que eu faltava à verdade, fazia um ponto de ordem à Mesa e pedia a defesa da honra, mas

27. ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



GONDOMAR
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

claramente preferiu enviar um email dois dias depois. Em segundo lugar e não havendo aqui semântica que lhe valha, nem lugar a outras interpretações, o Presidente do Executivo da União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim disse que eu e o meu partido tínhamos dificuldade em falar a verdade e quem tem dificuldade em falar a verdade são os mentirosos, logo chamou-me mentiroso, assim como ao meu partido. Como aqui já fiz prova, e até corroborada pelo email que o Presidente António Bráz vos enviou, que nem para ele é bom, enviou-vos um pequeno extrato da ata que diz que, de facto, foi alvo de uma moção de censura. Fica assim claro e demonstrado que nem eu, nem o meu partido temos dificuldade em falar a verdade. Desta forma, aguardo que Senhor António Bráz se retrate das suas infelizes declarações e faça um pedido formal e público de desculpas. -----

----- **ANTÓNIO BRAZ** – Presidente da Junta de Freguesia de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim – Há cerca de um mês visitei, integrado num grupo de eleitos da Assembleia Municipal, a convite do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Aníbal Lira, um conjunto de obras em desenvolvimento pela Câmara Municipal de Gondomar em várias Freguesias, o que nos deu uma visão das muitas obras em curso para um Gondomar cada vez melhor. Na minha União de Freguesias, que apenas visitamos parcialmente, foi com muita satisfação que pudemos ver como decorrem a bom ritmo as obras da nova Via Estruturante, Rotunda da Roleta – Rotunda do Centro de Ciclista. -----

----- Podemos utilizar já, em toda a sua extensão, cerca de 3 200 metros, o passadiço da Archeira, que vai do Multiusos a Gramido, os Parques de Fânzeres, São Pedro da Cova, S. Cosme e Ramalde estão em fase final de construção, a requalificação da Escola de Atães avança a bom ritmo, depois foi lançado o concurso para a requalificação da Escola de Pinheiro d'Além, em

27. ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Valbom e o Parque Urbano de Gondomar é apreciado positivamente por quase todos os frequentadores.-----

----- Em Valbom começou hoje a requalificação da parte final da Rua Dr. Joaquim Manuel da Costa, entre a Fonte Pedrinha e a Rua do Freixo, a parte da Rua Dr. Joaquim Manuel da Costa que foi intervencionada entre a Junta de Freguesia e a Fonte Pedrinha, é que teima em não ser bem terminada, são as tampas de saneamento EDP e Telecom que continuam a ser barulhentas e a incomodar os moradores, automobilistas e peões. Entre a Escola Dramática e a Fonte Pedrinha há-que decidir, de uma vez por todas, se os cubos que estão junto aos pilaretes são para ficar ou para sair, porque as pessoas precisam de saber. Na parte intervencionada, não tenho dúvidas nenhuma de que melhorou significativamente a segurança dos peões, antes os peões não tinham segurança e hoje podem andar com as crianças e as pessoas de mais idade em passeios que são, efetivamente, aprazíveis, mas é mesmo necessário reparar as anomalias detetadas. -----

----- **ALEXANDRA CARVALHO (PAN)** – Hoje trazemos duas moções e eu vou começar por falar na habitação e na habitação mais acessível para todos. Falamos se calhar mais no apoio aos jovens que, hoje em dia, estão realmente com grandes dificuldades em poder ter o seu espaço, seja comprado, seja por arrendamento e é isso que pretendemos falar aqui. No apoio a este arrendamento jovem a partir, por exemplo, dos movimentos cooperativos que poderão ajudar a existir uma habitação mais económica e a que todos possam ter acesso. A lei de bases da habitação consagra esta situação da habitação mais acessível a todos a partir do movimento cooperativo. Em Lisboa, por exemplo, já há um estudo que tem vindo a ser feito para identificar terrenos para disponibilizar às cooperativas para ajudarem nesta situação que, neste momento e cada vez mais, infelizmente, nestes últimos três a quatro anos pandémicos anteriores, têm vindo a dificultar esta situação. Face a todo o exposto, sabemos como se encontra neste momento a

27. ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



GONDOMAR
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

situação da habitação em Portugal. O que gostávamos de recomendar à Câmara Municipal de Gondomar era que pudesse desenvolver uma campanha de sensibilização/informação junto dos jovens, esclarecendo o propósito das valências do setor cooperativo da habitação social e dos modelos de habitação colaborativa, que lance ainda o repto para que os jovens participem na construção dos critérios de análise, *design* e implementação de um projeto de pendor municipal, orientado pelos princípios da habitação cooperativa, que se aproxime do movimento cooperativo de habitação económica, convocando possíveis sinergias para mais habitação acessível no Concelho de Gondomar, em especial, para os jovens e que inicie o processo de sinalização e mapeamento de soluções com potencial de uso para a implementação de habitação acessível cooperativa para jovens. Não podemos deixar de falar também nos pontos positivos, julgamos já terem sido dados os primeiros passos que é a aposta na reabilitação dos edifícios devolutos do Concelho, ainda que ponto positivo, sim senhora, mas com um horizonte temporal, a nosso ver, ainda muito curto para podermos ter uma avaliação mais positiva na falta efetiva de imóveis para arrendamento acessível para jovens casais, por exemplo, ou para a classe média que nestas situações são os mais prejudicados. -----

----- A outra moção, que muito nos diz, sobre a causa animal, fala da captura, devolução e esterilização de cães ao seu espaço. A Câmara já iniciou, e muito bem, o Programa CED de gatos, muito agradeço e sei que, em nome de muita gente do Concelho, está a ser levado a cabo e muito bem, tenho tido oportunidade de fazer e de seguir algum trabalho de campo, que tem sido fantástico, esperemos continuar durante muito tempo, enquanto for necessário, com este programa. É necessário também em cães, todos nós sabemos que o Concelho, assim como o resto do país, está com graves problemas no que diz respeito à quantidade de cães errantes nas ruas. Nas Serras do Porto e eu, pessoalmente, tenho medo nas caminhadas que poderia dar nestas

27.ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



GONDOMAR
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Serras, medo não de ser atacada, mas de os trazer todos para casa para poder ajudar e a melhor ajuda que se poderia dar era efetivamente avançarmos com um programa destes, mas sabemos que o melhor era não ser só ao nível autárquico, mas conseguirmos fazer uma recomendação ao Governo e à Assembleia da República para regulamentarem estas políticas CED dos caniços. -----

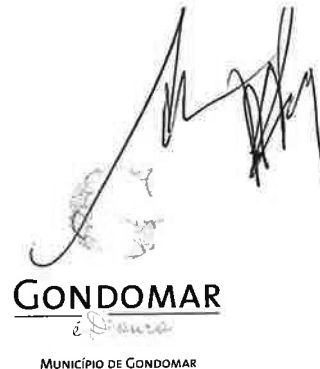
----- De seguida, não uma moção, mas uma questão que gostávamos de colocar quanto a uma situação numa rua adjacente ao Parque Urbano de S. Pedro da Cova, na Rua de Vila Verde, onde não existe neste momento iluminação. Quem conhece esta zona, em frente ao Café Emigrante, mesmo à beira do Parque Urbano, já deve ter reparado na insegurança que peões e também condutores estão a passar, acredito que seja pelas obras e que vá ficar resolvido, mas precisamos de uma solução, nem que seja provisória, para o tempo em que estamos a aguardar para que as obras fiquem concluídas, é muito importante por uma questão de segurança, passo por ali, moro perto e realmente de noite as pessoas não se sentem seguras nem dentro, nem fora do carro, nem a caminhar, porque não há mesmo iluminação nenhuma. Aproveitando este tema não podemos deixar de sugerir, em prol do ambiente e da sustentabilidade, que a iluminação futura desta área seja feita por lâmpadas LED e que o consumo energético possa ser sustentado por painéis solares.

----- **MANUEL PAIVA** – Presidente da Junta de Freguesia de Melres e Medas – O que me traz aqui hoje, além de outros assuntos, é a abertura do Parque de Lazer de Medas que ocorreu no passado dia 21, na passada sexta-feira, dirão os mais cétricos que é mais um Parque Urbano, direi eu que é o primeiro parque de lazer do Alto do Concelho e, de facto, a população do Alto do Concelho merece ter um espaço com aquela dignidade e com a forma como foi construída e prova disso é que diariamente vemos lá pessoas de todas as idades a utilizar e a usufruir daquele espaço, dirão alguns que aquilo que enferma de um problema grave e eu também comungo disso, deixo aqui uma nota ao Executivo da Câmara para que no próximo parque de lazer consiga pôr árvores já

27.ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



com a copa devidamente constituída, porque das 114 árvores que tem nenhuma dá ainda uma sombra frondosa, foi uma das críticas que foi apontada e eu espero que, de futuro, a Câmara como tem conseguido muitas coisas também consiga esse desiderato, porque era muito bom para todos que aquelas árvores já dessem sombra. -----

----- Também queria comungar das preocupações do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Lomba, porque, de facto, na parte do Alto do Concelho a montante da barragem temos este flagelo das motas de água que não passam simplesmente, mas que andam a fazer rally e causam um enorme transtorno a toda a gente, não só aos empreendimentos turísticos, mas a todos os habitantes de Foz do Sousa, Melres, Medas, Lomba e Covelo. -----

----- Outra coisa que aqui quero deixar claro é que comemoramos recentemente os 49 anos do 25 de Abril e os 50 anos do Partido Socialista, foi um percurso feito em comum, não se pode dissociar uma efeméride da outra e eu quero apenas lembrar os mais jovens que quando se fala das muitas conquistas de Abril e da democracia, a democracia constrói-se todos os dias. Eu queria apenas dizer, não aquilo que existe hoje, porque isso nós todos conhecemos, com todos os defeitos que possam existir, mas dizer aquilo que não existia a 24 de Abril de 1974, que era um Serviço Nacional de Saúde, pensões de reforma para toda a população, educação pública para todos, assistência médica como hoje temos para toda a gente e outra coisa muito importante e que se calhar os mais jovens se esquecem, é que hoje os jovens podem acabar a sua licenciatura e o seu mestrado e não ter um emprego compatível com as suas habilitações, mas aquilo que os jovens antes do 25 de Abril tinham era de interromper os seus estudos para terem que ir combater para a Guerra Colonial, não sabendo quando vinham e se vinham, essa é a diferença entre o 24 e o 25 de Abril. -----

27.ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

----- **JOÃO FIGUEIREDO (IL)** – Algumas considerações sobre as moções aqui apresentadas, eu vou começar pelas moções da esquerda, o Bloco de Esquerda e a CDU, e fazer aqui um apelo para o Bloco de Esquerda, eu sei que estas moções já vêm definidas pela central nacional e eu gostava de aprovar, mas isto mistura aqui tanta coisa, que é difícil nós aprovarmos, tem um viés ideológico tão carregado, invoca os tempos da troika, eu acho que o Bloco de Esquerda ainda está a dormir, ainda está em pesadelo, é que nós daqui a bocado vamos fazer 10 anos desde que a troika se foi embora e, por acaso, as conquistas de Abril, a educação, a saúde e outros serviços públicos que estão mais degradados, o Bloco de Esquerda apoiou o Governo, mas não obstante nós vamos abster nas duas, porque concordamos, como é óbvio, na linha ideológica de celebrar as datas, mas não podemos concordar com o viés ideológico de alguns temas que põe aqui, misturam o 1.º de Maio com o 25 de Abril e não faz muito sentido para nós. Em relação à da CDU, é o mesmo, mas pior, porque pega numa moção que quer tratar de uma data, e nós concordamos, mas quer fazer deliberação de cinco ou seis pontos totalmente diferentes e, por isso, vamos votar contra, porque, se quiserem discutimos ponto a ponto, se quiserem podemos votar e debater se faz sentido ou não, mas deliberar debaixo do chapéu do 25 de Abril uma série de temas que não têm nada a ver com o 25 de Abril, não podemos fazer, não nos vamos abster, porque corremos o risco de estar a deixar passar uma coisa de vários temas diferentes, portanto vamos votar contra. Em relação às duas moções do PAN, parte dos animais, totalmente a favor, em relação à habitação também somos a favor, mas fazemos aqui uma pequena ressalva, nós, por princípio, não somos contra nenhuma solução de habitação, sejam cooperativas, modelos sociais públicos ou privados, só fazemos uma nota que a vossa proposta apenas diz respeito aos jovens, nós gostávamos que fosse para toda a gente, como é óbvio, mas como o ótimo é inimigo do bom, vamos votar

27.ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

favoravelmente, porque temos de começar por algum lado para resolver o problema e os mais jovens são os que estão a sofrer mais com a questão da habitação. -----

----- Em relação à moção que apresentamos, faço já aqui uma ligeira correção, já fui interpolado por membros dos outros partidos, líderes das bancadas, e vamos retirar da nossa moção a parte em que recomendamos as Assembleias de Freguesias a fazerem o mesmo, porque não temos autoridade regimental para fazer isso para as Assembleias de Freguesia e, portanto, esperamos com isto que seja unânime e, ainda por cima, visto as votações que aconteceram no Parlamento da Assembleia da República, estou a contar com o apoio do PS, visto que também apoiaram em sede própria. -----

----- Questões para o Executivo, nos últimos tempos nós temos criticado uma série de gastos discricionários com promoção do Concelho através de séries e telenovelas, nós temos muitas dúvidas do real impacto destes gastos, portanto, a primeira pergunta que fazemos é se a Câmara tem noção do impacto e retorno dos gastos neste investimento, já não pergunto se há estudos, porque fico com medo do preço do estudo. Poderá ser feito muito mais a montante para a promoção do Concelho do que pôr Gondomar em séries televisivas, quando a nossa realidade local não bate certo. -----

----- A segunda questão tem a ver com a Praia da Lomba, nós soubemos hoje que a Praia da Lomba não vai ter bandeira azul, recordo que isto já foi tema aqui, se não me engano e que só nos podemos candidatar de x em x tempo, mas são levantados dois temas interessantes sobre o que nós devíamos salvaguardar. Primeiro, não temos meios de transporte públicos para a praia e, segundo, não há rampas para pessoas com mobilidade reduzida, eu acho que ambas são de fácil solução e se o Município não tem condições de levar transportes públicos até à Lomba, por razões



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

27.ABR 2023



óbvias logísticas, eu acho que uma questão de parceria com outro Município, como já fazemos na área da saúde é algo que devemos acautelar. -----

----- Sobre a Estrada D. Miguel, qual é o ponto de situação das obras, devido à constante recorrência de acidentes, às queixas dos moradores e os problemas em relação aos passeios, gostávamos de saber como está o ponto disso e, por último, as Piscinas de Rio Tinto, ainda agora acabámos de sair das obras e, pelos vistos, já há uma das telas de uma das piscinas que já está a ficar levantada, cuidado, porque acabámos de fazer as obras e já estamos aqui com outro problema e se calhar, daqui a bocado, estamos a fechar outra vez as piscinas, principalmente na altura do Verão em que mais é preciso. -----

----- **JOSÉ MANUEL PEREIRA** - 1.º Secretário da Assembleia Municipal – Leu a Moção (Documento 8), sobre “Movimento Associativo em Valbom”. -----

----- **FERNANDO CERQUEIRA** (PS) – Antes de me pronunciar sobre as moções, vou dizer aqui algo, eu fui à tomada de posse do Atlético de Rio Tinto, e isto é a minha opinião, só me diz respeito a mim, aos meus parlamentares diz-lhes pouco o futebol, a mim diz-me muito, pelo menos o amador, é difícil haver diretores lá, porque aquilo custa, eu sou Diretor de um clube de Rio Tinto e sei que não tem a visibilidade que tem o Porto, o Benfica ou o Sporting. O Partido Socialista, através do seu Grupo Parlamentar, vai solicitar ao Senhor Presidente da Câmara uma pequena representação, juntamente com o Senhor Presidente de Junta de Rio Tinto e com a Senhora Vereadora do Pelouro do Ambiente e o Senhor Vereador do Desporto, porque corremos um risco, eu fui lá ver e tem um campo bonito, corremos o risco se vier o Inverno e não formos ajeitar o muro que caiu abaixo no rio, não sei se é a Câmara que pode ajeitar, se não se realizar a obra, no Inverno a água vai entrar pelo campo em que se gastou tanto dinheiro e fica todo inundado. Os balneários têm 50 anos, quando chove entra lá água e era preciso dar uma ajuda para arranjar

27.ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

aqueles balneários, porque o Atlético com a dimensão que tem, não tem capacidade, é um apelo que faço ao Senhor Presidente da Câmara para ajudar esta Coletividade que bem merece, pelos seus quase 100 anos que eles estão ao serviço do desporto dos jovens. -----

----- Nós vamos votar contra a moção do Chega, nem temos grande discussão, eu até estaria de acordo com este texto, o que me fez mudar a minha posição e se calhar a do Grupo do Partido Socialista foi o que vi na Assembleia da República, não tinham que criticar a Rússia ou o problema da Rússia, aquilo não tinha nada a ver com esta moção, foi o que nos fez votar contra. Sobre as outras moções, as do PAN, vamos votar a favor as duas, a do PS, vamos votar a favor, é obvio, as do Bloco de Esquerda, vamos votar numa a favor e noutra vamo-nos abster, a da Iniciativa Liberal, vamo-nos abster. Ainda bem que o Senhor Deputado veio aqui dizer que não temos capacidade para obrigar as Assembleias de Freguesia a fazer isso, aliás, o Projeto-Lei 598 que foi criado, que vem alterar a Lei 75/2013, diz no ponto 6 que “caso os órgãos representativos das Assembleias de Freguesia fundamentalmente não disponham de meios tecnológicos para assegurar o disposto no n.º 4, devem encontrar formas alternativas de assegurar a publicidade das reuniões, nomeadamente através da fixação por edital da ata ou das atas e depois têm também os mesmos cinco dias para informar o incumprimento à Direção-Geral das Autarquias Locais”. Em face da explicação, nós não vamos inviabilizar e quando este projeto for aprovado na totalidade, as Autarquias terão que o fazer, exceto as Juntas, porque estão salvaguardadas com algumas dificuldades económicas. Em relação à moção da CDU, o Partido Socialista e eu revemo-nos no espírito do 25 de Abril, porque eu estive na tropa em 1973 no Ultramar e simplesmente há aqui duas ou três frases que o Partido Socialista não está de acordo, quer nas freguesias e noutros aspetos. -----

27.ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

----- **SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** – Eu queria começar por elogiar a moção do Senhor Deputado José Manuel Pereira, realmente nunca é demais elogiarmos o trabalho que é feito pelo nosso Movimento Associativo, é verdade que Valbom tem um grande Movimento Associativo, mas Gondomar, como Concelho, tem um Movimento Associativo muito grande, não é apenas em Valbom. Valbom reflete um pouco o trabalho que é feito por este Concelho, desde a Lomba, com o Rancho de Pé-de-Moura até Baguim do Monte. Nós temos Coletividades que fazem um trabalho incrível na cultura, no desporto, na área social e realmente nunca é demais elogiar e, portanto, tenho de sublinhar esta moção, porque tem um significado especial e deve ser alargada a todo o Concelho. -----

----- Quanto às questões, no que me diz respeito mais diretamente, quanto ao Cavalete, não foi construída nenhuma parede, o que aconteceu foi que o Cavalete é uma construção da década de 30 e depois na década de 40, salvo erro, foram construídas umas paredes no primeiro patamar, não levem a mal o que vou dizer, “abarracadas”, uma construção mais leve, não é num mau sentido, reparem, as paredes na década de 40 tinham cimento e um arame por dentro a segurá-las e com esta intervenção que agora foi feita essas paredes não apresentavam condições de segurança para se manterem de pé e, portanto, o que foi decidido pelo empreiteiro na altura foi destruir essas paredes e, cumprindo o projeto inicial do Cavalete, construir nesse local uma vedação exatamente igual à que está em cimento. Tivemos a visita da Direção Regional da Cultura que concordou com este procedimento e tenho a certeza que o Senhor Deputado, tal como eu, só quer o melhor para aquela construção e foi isso que aconteceu, não foi construída parede nenhuma, foram demolidas as paredes que lá estavam construídas, porque não apresentavam condições de segurança para se manterem e foi construída uma vedação, cumprindo o projeto original. O que ficou decidido foi que, posteriormente, e o Senhor Presidente tem conhecimento

27.ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



disso, na segunda fase do projeto iremos avaliar as condições de podermos reconstituir essas paredes que se apresentavam ao primeiro nível, sem qualquer problema, não houve nenhum atentado ao edifício e a Direção Regional da Cultura foi logo chamada, porque nós não queremos fazer disparates, muito menos com património classificado e isto é do total conhecimento e tem o abalo da Direção Regional da Cultura. -----

----- Eu julgo que depois há uma série de questões mais particulares relacionadas com a Rua Vila Verde, as obras na Estrada D. Miguel, a situação na Piscina de Rio Tinto, que acho que depois poderão ser respondidas pelo Senhor Presidente ou pelos serviços. -----

----- **VEREADORA SENHORA DRA. SANDRA ALMEIDA** – Anualmente, nós somos notificados da classificação das praias, este ano ainda não obtivemos essa classificação, mas é expectável e é público que o ano passado tivemos episódios negativos em Melres, portanto a consequência é não termos a classificação nessa praia. A praia da Lomba penso que será classificada, mas é importante dar nota do que acontece relativamente à água, já o ano passado foi um verão bastante difícil, mas não compete ao Município o tratamento da água e a classificação da praia, não está na jurisdição do Município, portanto nós acompanhamos, a minha colega do Ambiente é que tem a tarefa mais difícil de fiscalizar e de estar atenta a todos os episódios e fazer análises a par com a entidade, acontece que não está sob a nossa alçada alterarmos a qualidade da água, porque se estivesse obviamente teríamos mais praias fluviais no Município. -----

----- **JOÃO FIGUEIREDO (IL)** – Os critérios já saíram, a Câmara não foi notificada, mas a informação é pública e a minha pergunta focou nestes dois temas que foi a questão do acesso a pessoas com mobilidade reduzida, que me parece que é uma solução fácil da Câmara conseguir resolver e a segunda questão é o acesso à praia através dos transportes públicos, que sei que logisticamente não é viável para o Município, mas nós também sabemos fazer parcerias, como já

27. ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



GONDOMAR
é *Douro*
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

fizemos com outras coisas. Em relação à qualidade da água, não me parece que será um problema este ano. -----

----- **DANIEL VIEIRA** (CDU) – Só quero dizer que o Senhor Deputado da Iniciativa Liberal está a confundir as coisas, a bandeira azul é um galardão, não tem nada a ver com a classificação das águas balneares, isso resulta de muitos outros fatores, é “porreiro” ter uma bandeira azul, mas até preferíamos uma vermelha. Aqui a questão fundamental é que as águas balneares das duas praias não foram classificadas, na primeira posição já emitida aparecem como não classificadas e a Câmara teve um período para contestar essa não classificação, deve estar agora para sair em maio essa questão das águas balneares. Eu acho que é importante a rampa para deficientes e acho que a Câmara tem de resolver rapidamente esse problema, agora, a questão das águas balneares é uma questão de saúde pública e a minha questão foi se, face à primeira não classificação das águas balneares, a Câmara Municipal fez essa contestação e que argumentos é que usou. -----

----- **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** – Há várias coisas, há acessos, há acessibilidades e há praia acessível. Acessos são as vias de comunicação e as rodovias, acessibilidades é o percurso até chegar à praia e praia acessível é ter aquele conjunto de equipamentos para os cidadãos com locomoção reduzida poderem ir à água. Transportes públicos, que eu me recorde as três praias do Município têm transportes públicos, para a de Zebreiros e a de Melres, o transporte é a linha 108, em Zebreiros, fica a cerca de 200 metros, mas tem um declive acentuado, em Melres é mais distante, mas é menos acentuado, porque a linha 108 passa atrás da Igreja e na Lomba, que eu me recorde, há um transporte público que até é fluvial, até é o único inovador no Rio Douro. -----

----- Classificação das águas, como sabem, já muitas vezes aqui discutimos, é preciso haver três anos de análises não contaminadas consecutivas para que haja a classificação e basta haver uma análise com contaminação, uma análise positiva para retirar o título, a lei está mal, há até um

27. ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



GONDOMAR
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

antigo Vereador da Câmara Municipal de Gondomar que hoje é legislador, que está na Assembleia da República, a quem eu já pedi ajuda nessa matéria e que esteve com este Pelouro até, porque não faz sentido nenhum a não classificação ou a suspensão da classificação numa praia fluvial ser de três anos e numa praia costeira, naturalmente que o caudal e o volume de água são outros, são 48 horas, se calhar 48 horas para um rio é pouco, mas 3 anos é um exagero, portanto, enquanto a lei não mudar é isto que temos. -----

----- **VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS A MESA:** -----

----- **VOTO DE CONDENAÇÃO** (Documento 1), “Pelas declarações do Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre a agressão da Rússia à Ucrânia”, apresentado pelo Deputado Municipal do CH: **Rejeitado por maioria**, com 29 votos contra (23 PS + 4 CDU + 2 BE), 7 abstenções (6 PSD + 1 PAN) e 4 votos a favor (2 CDS + 1 CH + 1 IL). -----

----- **RECOMENDAÇÃO** (Documento 2), sobre “Mais habitação acessível: apoiar jovens através do movimento cooperativo de habitação económica”, apresentada pela Deputada Municipal do PAN: **Aprovada por maioria**, com 12 abstenções (6 PSD + 4 CDU + 2 CDS) e 28 votos a favor (23 PS + 2 BE + 1 CH + 1 PAN + 1 IL). -----

----- Pelo Deputado Municipal da IL, foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue. --

----- **MOÇÃO** (Documento 3), sobre “Captura – Esterilização e Devolução de Cães”, apresentada pela Deputada Municipal do PAN, que posta à votação foi **aprovada por maioria**, com 8 abstenções (6 PSD + 2 CDS) e 32 votos a favor (23 PS + 4 CDU + 2 BE + 1 CH + 1 PAN + 1 IL). -----

----- **RECOMENDAÇÃO** (Documento 4), sobre “Fazer cumprir o Projeto-Lei n.º 598 da Assembleia da República”, apresentada pelo Deputado Municipal da IL, com as alterações sugeridas na sua intervenção, que posta à votação foi **aprovada por maioria**, com 23 abstenções (PS) e 17 votos a favor (6 PSD + 4 CDU + 2 BE + 2 CDS + 1 CH + 1 PAN + 1 IL). -----

27.ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

----- **VOTO DE SAUDAÇÃO** (Documento 5), sobre “1.º de Maio”, apresentado pelo Grupo Municipal do BE, que posto à votação foi **aprovado por maioria**, com 3 votos contra (2 CDS + 1 CH), 1 abstenção (IL) e 36 votos a favor (23 PS + 6 PSD + 4 CDU + 2 BE + 1 PAN). -----

----- Pelo Deputado Municipal da IL, foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue. --

----- **VOTO DE SAUDAÇÃO** (Documento 6), sobre “Viva o 25 de Abril!”, apresentado pelo Grupo Municipal do BE, que posto à votação foi **aprovado por maioria**, com 3 votos contra (2 CDS + 1 CH), 30 abstenções (23 PS + 6 PSD + 1 IL) e 7 votos a favor (4 CDU + 2 BE + 1 PAN). -----

----- Pelo Deputado Municipal da IL, foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue. --

----- **MOÇÃO** (Documento 7), sobre “Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, que posta à votação foi **rejeitada por maioria**, com 33 votos contra (23 PS + 6 PSD + 2 CDS + 1 CH + 1 IL) e 7 votos a favor (4 CDU + 2 BE + 1 PAN). -----

----- Pelo Grupo Municipal do CDS e pelo Deputado Municipal da IL, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. -----

----- **MOÇÃO** (Documento 8), sobre “Movimento Associativo em Valbom”, apresentada pelo Grupo Municipal do PS. -----

----- **DANIEL VEIRA** (CDU) – Nós vamos votar favoravelmente, porque não temos como votar contra isto, quer pela forma como foi apresentada, quer pelo conteúdo, mas há aqui um risco em votarmos isto nesta Assembleia Municipal desta forma, porque há outras Associações como a Vila Urbana, por exemplo, ou seja, quero só alertar para isto e mesmo relativamente a outras Freguesias. Nós vamos votar favoravelmente, pela forma e pela sua ligação ao Movimento Associativo de Valbom, acho que merece esse voto, mas nestas coisas é sempre muito complicado o posicionamento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

27. ABR 2023



GONDOMAR
Município de Gondomar

----- **SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Eu ponho à consideração da Assembleia Municipal que a solução fosse estender a todo o Movimento Associativo do Concelho. -----

----- **NUNO FONSECA** – Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto – Eu já tinha pedido a palavra, mas o Senhor Presidente já rematou aquilo que eu ia dizer que era utilizar os bons exemplos que o Senhor Deputado deu, essas quatro Associações que citou são excelentes exemplos do Movimento Associativo de Gondomar, mas o último parágrafo ser alterado e, pegando nesses quatro exemplos, estender, porque eu acho que o Município de Gondomar é reconhecido nacionalmente como um dos Municípios que mais Associações tem, portanto, eu acho que a Assembleia Municipal deve aprovar um Voto de Louvor ao Movimento Associativo de Gondomar. -----

----- **FERNANDO CERQUEIRA (PS)** – Quando nós fazemos reuniões de líderes as pessoas devem ter honra na palavra, quando o Senhor José Manuel falou comigo e com todos os líderes, todos aceitaram, agora está-se a levantar aqui um problema, ele falou em quatro coletividades, amanhã eu apresento aqui outras quatro, depois apresento outras seis, qualquer Deputado pode fazê-lo. O Senhor Deputado conhece estas Coletividades e enalteceu-as, vamos estender a outras que nem se conhecem, nem sabemos como é que elas estão a atravessar a sua crise, os seus problemas, portanto, o Partido Socialista é a favor que se vote o documento como está e amanhã quem quiser apresenta outras, porque os líderes parlamentares aceitaram isto. -----

----- **SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Como o Senhor Vice-Presidente não pode fazer propostas, ninguém pegou na recomendação que ele fez, mas fez uma recomendação quando interveio que gostaria que fosse extensivo a todo o Movimento Associativo. Posteriormente, o Senhor Deputado Daniel disse o mesmo, eu perguntei ao proponente se, por ventura, estava de acordo com isto e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto também se manifestou.

27.ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Portanto, esta saudação que está aqui fica “Pelo acima exposto, propomos que a Assembleia de Gondomar aprove a atribuição de um louvor às Associações mencionadas” e a todo o Movimento Associativo de Gondomar. -----

----- **SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** – Se me permite, o que eu sugeri foi manter a referência a essas Coletividades e depois generalizar. -----

----- **VOTAÇÃO**, com as alterações sugeridas pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal:
Aprovada por unanimidade. -----

27.ABR 2023

**iniciativa
liberal**



Declarações de voto – Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Gondomar de 27 de abril de 2023

Período Antes da Ordem do Dia

Recomendação - “Mais habitação acessível: apoiar jovens através do movimento cooperativo de habitação económica” (PAN)

A Iniciativa Liberal não se configura, por princípio, ser contra as cooperativas na habitação, nem contra outros modelos que não têm sido implementados, nomeadamente as concessões privadas.

Já no que diz respeito ao arrendamento acessível, o partido também submeteu, no Parlamento, uma proposta nesse sentido, a ser trabalhada atualmente na especialidade.

Posto isto, o único ponto que temos a apontar é o facto de tal medida não ser alargada para todos, sem qualquer exceção. Contudo, face aos constantes resultados negativos em que Portugal se tem posicionado no que à idade de saída de casa dos pais diz respeito, entendemos o propósito da medida versar tal faixa etária.

Como tal, a Iniciativa Liberal vota **A FAVOR** desta recomendação.

27. ABR 2023

**iniciativa
liberal**



Declarações de voto – Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Gondomar de 27 de abril de 2023

Período Antes da Ordem do Dia

Moção “Saudação ao 1º de Maio” (BE)

Os direitos dos trabalhadores, enquanto indivíduos, são sempre uma preocupação para qualquer liberal, e nesse sentido, o dia 1º de Maio é um dia importantíssimo para assinalar a luta pelos seus direitos e liberdades. Nesse sentido, a Iniciativa Liberal obviamente saúda qualquer moção que vise lembrar e comemorar esta data.

No entanto, não podemos deixar de notar um viés ideológico que nada tem a ver com o tema, e que se torna acessoriamente irrelevante, como a menção da Troika. Não é politicamente honesto invocar “direitos retirados no tempo da troika”, e não mencionar que estes não foram repostos nos governos seguintes, apoiados pelo próprio Bloco de Esquerda, assim como não mencionar que esses mesmos governos foram responsáveis pelo aumento brutal da carga fiscal sobre o trabalho, levando ao recorde máximo atual.

Por estas razões, a Iniciativa Liberal **ABSTÉM-SE** nesta moção.

27.ABR 2023

**iniciativa
liberal**



Declarações de voto – Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Gondomar de 27 de abril de 2023

Período Antes da Ordem do Dia

Saudação “VIVA O 25 DE ABRIL!” (BE)

Não fosse o 25 de Abril e, certamente, não estaríamos aqui hoje reunidos com a liberdade para defender as nossas ideias, sem lápis azul, sem medo de represálias. É com base nesse conceito de liberdade individual que todos os dias lutamos para cumprir Abril, e somos totalmente favoráveis ao assinalar da data, a comemorações que relembram que as liberdades dificilmente se ganham, mas facilmente se perdem.

Não podemos, no entanto, deixar de fazer alguns reparos. Quando se afirma, no texto, que “A um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efetivo, defendendo o direito constitucional ao trabalho com direitos”, tal levanta várias questões, além de nos parecer muito confuso e mal sustentado.

Quando afirmam “todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura do Estado Novo e se empenharam pela democracia social”, na verdade deveriam dizer democracia LIBERAL.

Por fim, mas não menos importante, o ponto 2 da deliberação “A remessa do teor integral da presente proposta aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, à Associação 25 de Abril, às Centrais Sindicais.”, parece-nos desadequado a inclusão das Centrais Sindicais no destinatário.

Por todas estas razões acima descritas, a Iniciativa Liberal **ABSTÉM-SE** neste voto.

27. ABR 2023



Assembleia Municipal de Gondomar
Declaração de Voto – P.A.O.D. – Documento 3
Moção da CDU – Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático

Relativamente ao Documento nº 3, apresentado pelo Grupo Municipal do 25 de abril de 1974, no Período Antes da Ordem do Dia, o Grupo Municipal do CDS optou por votar contra, pelos seguintes motivos:

1. O Grupo Municipal do CDS nada tem contra a celebração do 25 de abril de 1974 porque o CDS sempre esteve do lado da Liberdade e Democracia, sendo um dos partidos fundador da mesma em Portugal, no respeito pelo Estado de Direito e pelos Valores que a Democracia consagra.
2. O Grupo Municipal do CDS, entende que apesar de no espectro político português, certos partidos tentam arvorar a paternidade do 25 de abril, a verdade é que o 25 de abril não tem donos nem cor política, sendo uma conquista de todos e para todos os portugueses.
3. Pelos motivos expostos e pela carga ideológica conotada com esta Moção do Grupo Municipal da CDU, o Grupo Municipal do CDS vota contra.

O Grupo Municipal do CDS
Urbano Marques
Nuno Sousa
Gondomar, 27 de Abril de 2023
geral@cds-gondomar.com
www.cds-gondomar.com

**iniciativa
liberal**



Declarações de voto – Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Gondomar de 27 de abril de 2023

Período Antes da Ordem do Dia

Moção “Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático” (CDU)

Não fosse o 25 de Abril e, certamente, não estaríamos aqui hoje reunidos com a liberdade para defender as nossas ideias, sem lápis azul, sem medo de represálias. É com base nesse conceito de liberdade individual que todos os dias lutamos para cumprir Abril, e somos totalmente favoráveis ao assinalar da data, a comemorações que relembrem que as liberdades dificilmente se ganham, mas facilmente se perdem.

No entanto, esta moção não visa simplesmente assinalar e comemorar a data, mas sim marcar uma posição política da CDU, pois pretende deliberar vários pontos distintos (e alguns fora do âmbito deste órgão) sobre o mote do 25 de abril, alguns dos quais discordamos.

A expressão “décadas de política de direita têm contrariado”, num país onde o partido socialista governou 21 anos dos últimos 28, não parece, de todo, realista.

“Dar concretização ao processo de reposição das freguesias liquidadas” não é assunto da competência deste órgão, além de que a nossa posição nesse tema não vai ao encontro do que a CDU defende, uma vez que cada caso é um caso e não pode ser decidido de forma genérica.

Por estas razões, a Iniciativa Liberal vota **CONTRA** esta moção.

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,
João Resende Figueiredo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



----- Entrou-se no ponto **C - PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **1. Discussão e votação da ata da sessão anterior (28-02-2023)** -----

----- **VOTAÇÃO – Aprovada por unanimidade.** Nos termos do n.º 3, do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na votação os(as) Deputados(as) Senhores(as): Fernando Fernandes Duarte, Nuno Tiago Carvalho Alves de Sousa, em substituição de Manuel Pedro Ferreira de Carvalho, Alexandra dos Santos Carvalho, em substituição de Ricardo Jorge dos Santos Couto, Telmo Afonso da Mota Viana e Lídia Maria Araújo Ferreira Azevedo, em substituição de Rosalina Sofia Neves Martins - Presidente da Junta de Freguesia de Fânzeres e São Pedro da Cova, por não terem estado presentes na sessão. -----

----- **2. Propostas da Câmara Municipal sobre:** -----

----- **2.1 – Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2022;**-----

----- **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** – Genericamente, o documento está apresentado, o Senhor Vice-Presidente vai dar uma explicação mais técnica e mais detalhada e, no fundo, o documento reflete aquilo que tem vindo a ser a dificuldade na receita, o aumento do custo de muitos serviços, da eletricidade, do gás, de muitos fornecimentos das empreitadas e há, de facto, uma execução orçamental que se prende não com a falta de capacidade de gastar dinheiro, não com a falta de vontade de executar, mas com os atrasos no fornecimento de matérias-primas e mão-de-obra, que leva a que muitas coisas que são adjudicadas e contratualizadas depois não tenham ritmo no terreno como nós gostávamos, é o que acontece numa obra em nossa casa quando queremos mudar uma parede ou uma tijoleira e não arranjamos um picheleiro, ou um electricista ou um trolha, acontece em escala muito maior nas dezenas de obras públicas que temos por aí, que infelizmente não estão ao ritmo que nós gostaríamos, mas o Senhor Vice-Presidente vai dar mais detalhes sobre isto. -----

27. ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



GONDOMAR
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

----- **SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** – Reiterando novamente sempre que trazemos cá estes documentos, que são documentos eminentemente técnicos, aproveito para agradecer, em nome do Executivo, aos serviços que têm de elaborar estes documentos que, como imaginam, não são nada fáceis, exigem um trabalho aturado e, portanto, entrego os meus agradecimentos, reconhecendo isso mesmo, porque realmente é um documento eminentemente técnico. -----

----- Lendo o documento, o que é que podemos concluir? Podemos concluir que os níveis de execução da receita mantiveram-se razoavelmente nos níveis dos últimos anos, claro que ao nível dos impostos diretos IMI e IMT, que são as principais fontes de financiamento no que diz respeito a impostos diretos, nós estamos a notar uma pequena diminuição na receita proveniente do IMI, resultante da diminuição da taxa que estamos a fazer progressivamente, essa diminuição do IMI tem sido compensada nas receitas do IMT, pelo número de transações de imóveis que têm ocorrido em Gondomar, não apenas pelo número, mas pelo aumento do valor dos imóveis que são transacionados, isso é que tem originado o aumento da receita ao nível do IMT. -----

----- No que diz respeito à despesa, também em traços gerais, nós já temos um nível de despesa que ainda não é o ideal, ainda não é o nível pré-pandémico, mas tem uma subida significativa face a 2021, o que quer dizer que já está aqui bem representada a retoma da atividade económica numa execução que já ultrapassa os 80%, está muito próximo dos 84%, no que diz respeito à despesa. -----

----- Voltando à execução da receita, eu acho que também é importante dar nota de que no que diz respeito ao FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro), há aqui uma pequena diminuição correspondente às transferências que são feitas diretamente para as Juntas de Freguesia, portanto, houve uma diminuição nesse valor, em função das transferências de competências para as Juntas de Freguesia. -----

27.ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



GONDOMAR
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

----- Acho que também é de notar o facto que diz respeito às despesas com pessoal, temos realmente um aumento das despesas com pessoal, desde logo decorrente do aumento do salário mínimo e este ano, até com este aumento extraordinário e com a atualização que foi decidida recentemente do subsídio de refeição, só estas duas medidas trarão um aumento de despesa na ordem dos 700 mil euros. Também tem algum significado o que diz respeito aos juros e passivo financeiro, nós tivemos despesas na ordem dos 7 milhões e 300 mil euros, mas já notamos um aumento muito significativo nos juros, decorrentes da circunstância económica em que vivemos, tivemos uma penalização que já vai na ordem das centenas de milhares de euros só respeitante a juros. Eu acho que também é importante referir que as despesas relativas à aquisição de bens de capital, o que quer dizer investimento, teve um aumento forte relativamente a 2021, que também comprova o que disse há pouco da retoma de muitas obras que estão a andar por todo o Concelho. Transferências correntes de despesa, é importante sublinharmos, as transferências para as Juntas de Freguesia, que hoje representam cerca de 2 milhões de euros, as transferências para os Agrupamentos de Escolas, que representam 1 milhão e 400 mil euros, as transferências para as Instituições sem fins lucrativos, quase 5 milhões de euros, as transferências diretas para as famílias, que representam, de grosso modo, 1 milhão de euros, as transferências para as Corporações de Bombeiros, que no ano passado foram quase 700 mil euros e este ano está previsto 1 milhão de euros e, muito provavelmente, o Senhor Presidente julgo que está a ponderar reforçar esse apoio às nossas Corporações de Bombeiros. -----

----- Se tiverem oportunidade de ver a execução das GOP também é bem representativa da retoma das obras, a aquisição de terrenos, a Via Estruturante Norte/Sul, o Percurso da Via Nordeste, aliás, são algumas das obras que pudemos ver naquela visita que realizamos recentemente. Nos Parques ainda há um investimento muito forte que está a ser feito, a eficiência

27.ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL




GONDOMAR
é o futuro
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

energética, os Conjuntos Habitacionais, os edifícios escolares, ainda há pouco foi anunciada mais uma obra que vai arrancar e, em suma, é isto. -----

----- **JOÃO FIGUEIREDO (IL)** – Este é provavelmente um dos documentos mais importantes que um Executivo pode produzir e, como tal, eu lançava um repto, apesar da lei ser cumprida, nós gostávamos mesmo que este documento fosse disponibilizado com mais antecedência do que aquela que foi disponibilizada, porque requer alguma atenção, está aqui muito trabalho feito por parte dos serviços e do Gabinete de Apoio e isto merece mesmo atenção e algum cuidado na sua análise e leitura. -----

----- Não obstante, aqui algumas mensagens que gostávamos de passar, a primeira parte, salta logo à vista a questão dos impostos, como é óbvio, é um tema que nos é bastante querido e que nós falamos várias vezes, mas há aqui um sinal preocupante que é a parte da derrama e porque é que para nós isto é preocupante? Porque a derrama não se alterou na análise plurianual que está aqui feita, mas a verdade é que há uma queda e esta queda pode ter dois motivos, o mais óbvio, que não acho que seja totalmente a única razão, é a queda da atividade económica das empresas do Município, porque as regras contabilísticas não se alteraram para maior parte delas. A segunda, é que nós temos cada vez menos empresas a atuar em Gondomar e na última análise dos Censos 2021 nós vimos que nasciam menos empresas em Gondomar do que aquelas que morriam e isso para mim é preocupante. Em relação ao IMT e ao IMI, eu acho que subscrevo as palavras do Senhor Vice-Presidente, a diferença é que eu gostava que houvessem mais transações, que fossem mais ágeis no imobiliário em Gondomar, nós sabemos que a Câmara levanta alguns obstáculos e é demorosa nos processos, que é um tema que nós também temos falado. -----

----- Em relação à execução muito se poderia dizer, imagino que nem tudo é possível fazer, gostávamos que tivessem aqui outro tipo de atenções, principalmente na área da saúde, mas

27.ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

também não queremos só criticar, queremos fazer aqui alguns elogios e pode passar um bocado despercebido, mas damos nota disso, do trabalho da gestão da dívida, acho que os indicadores económicos que são aqui apresentados da parte do passivo, ativo e alguns relacionados com a dívida são de salutar e, portanto, faço aqui um voto de congratulação ao Executivo e esperemos que se mantenha este rumo, principalmente na parte em que não estão constantemente a hipotecar o futuro, seja de outros Executivos, seja de outras gerações, visto que não são feitas dívidas a longo prazo. -----

----- **DANIEL VIEIRA** (CDU) – Sobre o Relatório de Gestão, ou menos conhecido como as Contas de Gerência, algumas considerações, a primeira, eu percebo quando o Senhor Vice-Presidente diz que estamos perante um documento técnico, porque, na verdade, esta Assembleia poderia reprovar este documento e isso não tinha nenhuma consequência do ponto de vista político, ou seja, a Câmara não podia alterar as contas, amanhã não poderia apresentar um novo documento, ao contrário do que acontece com o Orçamento, se a Assembleia Municipal o reprovasse, a Câmara Municipal teria que apresentar um novo Orçamento a esta Assembleia. Mas, tendo essa característica, a verdade é que nós estamos perante o segundo documento mais importante que todos os anos discutimos nesta Assembleia Municipal, do ponto de vista do instrumento de gestão do Município, do ponto de vista de perceber que tipo de políticas é que são planificadas e que tipo de políticas é que são executadas, se tivéssemos que estabelecer uma hierarquia, este era o segundo documento mais importante, depois da aprovação do Plano e Orçamento, porque nos permite fazer uma avaliação entre aquilo que foram as opções planeadas por esta Câmara, ou que são planeadas anos após ano, ou do ponto de vista plurianual e aquilo que é executado. -----

----- Em concreto sobre as Contas de Gerência que aqui estão apresentadas, nós também estamos de acordo que há aspetos positivos, desde logo, o grau de execução orçamental, do ponto

27. ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



GONDOMAR
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

de vista das despesas em que há uma evolução, já se vinha mantendo, mas relativamente a anos lá atrás, parece-nos que há questões positivas. -----

----- Nós queríamos chamar à atenção para alguns aspetos que nos parecem mais negativos, primeiro lugar, dizer que nós aprovamos aquilo que foi aqui apresentado relativamente à taxa de IMI, já tinha havido em novembro de 2021, houve agora uma nova, aquilo que se reflete em 2021, não se reflete agora, já que aprovamos em novembro, só se vai refletir no próximo ano, mas ainda assim, há um indicador que temos que é o crescimento de receitas ao nível dos impostos diretos que nos permite concluir que era possível ir mais longe na questão do IMI, num contexto particularmente difícil, ou seja, podemos perceber que, face àquilo que é a compensação que já foi aqui refletida relativamente ao IMT, era possível ter ido mais longe relativamente ao IMI. -----

----- Uma outra nota, tem a ver com uma questão que nós temos chamado à atenção e que tem que ver com o recurso permanente que o Município faz à externalização de serviços, em serviços que consideramos que são serviços públicos essenciais e que deveriam ser prestados pelo Município, sabemos que esta Câmara já fez a opção de continuar a privatizá-los, falo da questão da higiene urbana, das refeições escolares, mas também do recurso permanente que a Câmara continua a fazer à prestação de serviços para tarefas que são permanentes, como a limpeza de equipamentos, quando, no nosso entendimento, deveriam ser assegurados pelo próprio Município. -----

----- Nós temos um dado que, na nossa perspetiva, é dos dados mais preocupantes deste documento, é que, do ponto de vista daquilo que são os indicadores relativamente ao pessoal este Município vai ter um grave problema a muito breve prazo, mais de 40% dos trabalhadores têm mais de 55 anos e isto, para além das questões da própria gestão do dia-a-dia e da gestão do quadro de pessoal, eu acho que há necessidade de medidas urgentes estruturantes, é verdade que

27. ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL


GONDOMAR
é a nossa
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

há um conjunto de competências, nomeadamente a limpeza urbana, que foram entretanto transferidas para as Juntas de Freguesia e compete às Juntas de Freguesia fazer essa mesma gestão, mas saber que no conjunto dos 1 773 trabalhadores do Município, 40% têm mais de 55 anos, isto é um problema do ponto de vista da gestão do Município e um problema estrutural e, por isso, eu não percebo porque é que relativamente às saídas de 2022 quase metade tenham sido por caducidade, ou seja, porque é que não foi possível encontrar soluções relativamente a um conjunto de trabalhadores que entretanto prestaram serviços para o Município, foi falta de competência, falta de preparação, porque é que não foi possível encontrar soluções relativamente a essa matéria? -----

----- Dizer ainda que é verdade que, do ponto de vista estrutural, nós temos uma taxa de execução acima dos 80%, quer do ponto de vista da receita, quer do ponto de vista da despesa, também é verdade que há um conjunto de áreas que são áreas fundamentais e até que o Município, naquilo que são as suas intenções, anuncia como fundamentais na sua política, falo da mobilidade, falo da ação social, falo da cultura, falo da habitação, falo da cidadania e da participação que têm rubricas de execução todas elas abaixo dos 70% e, desse ponto de vista, este é um mau indicador. -----

----- **MIGUEL AZEVEDO (PS)** – Eu queria acima de tudo, desde já, ressaltar a capacidade de execução que este Executivo teve do Orçamento, isso demonstra a vontade deste Executivo de cumprir as promessas que foi fazendo ao longo destes anos e, tomando as palavras do Senhor Presidente da Câmara, promessa feita, promessa cumprida. -----

----- Também ressaltar outra coisa que é muito cara à direita e especialmente ao Partido Social Democrata que é a questão das contas certas e, de facto, aqui é inegável que as contas batem certo e isso é dos melhores elogios que se pode fazer. Depois também lembrar que a capacidade

27.ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



GONDOMAR
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

de endividamento tem aumentado exatamente pelas contas certas, é necessário compreender que nós viemos de um saldo extremamente negativo para um saldo positivo, onde a Câmara pode, desde já, começar a pensar no futuro das próximas gerações com este Executivo e para os próximos Executivos, mas, além disto tudo, são as questões fundamentais que interessam aos Gondomarenses, é de facto perceber que Gondomar está em movimento, Gondomar está a desenvolver e isso está a reativar a capacidade do próprio Município. -----

----- Acima de tudo, temos o exemplo da cultura que veio de uma situação de pandemia e conseguiu trazer outra vez os Gondomarenses, e não só, para a cidade, tivemos o exemplo da Noite Branca, em que atraímos milhares de pessoas para virem cá ao nosso Concelho, isso é de realçar. Outra questão também que não nos podemos esquecer, é que saímos de uma situação pandémica e transitamos diretamente para uma guerra na Europa em que inflacionou o preço de todas as matérias-primas, temos uma taxa de inflação que subiu em todo o mundo e que, como é óbvio, se refletiu em Portugal e ao se refletir tiveram os próprios Municípios, como o Município de Gondomar, de responder a esta situação e às famílias e aos Gondomarenses, fazendo um esforço extraordinário a apoiar as IPSS, a apoiar essencialmente as famílias, isto é, de facto, essencial e perceber que o Orçamento teve cabimento e manteve-se com as contas certas e daí nós também queremos dizer ao Executivo que estamos agradados com esta execução, mas também estaremos atentos para continuarmos com esta execução. -----

----- **MARIBEL FERNANDES (PSD)** – Leu e entregou a declaração de voto, que adiante segue. ----

----- **SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** – A derrama realmente está em 2 milhões de euros, em 2022 recebemos a derrama correspondente ao exercício económico, ou seja, ao IRC apurado em 2021, nós nunca podemos saber exatamente qual é o resultado, mas percebemos que em 2022 e 2021 temos receitas de 2 milhões de euros e nos dois anos anteriores “pré-covid”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

27. ABR 2023



MUNICÍPIO DE GONDOMAR

temos na ordem dos 3 milhões de euros, esta derrama que recebemos em 2022 ainda diz respeito a um ano de covid 2021, sendo certo que é impossível sabermos, mas como ela respeita ao exercício económico de 2021, eu julgo que é daí que vem essa diferença. -----

----- Esta diferença positiva do IMT não chega para daí retirar imediatamente conclusão de que podíamos fazer mais, nós também temos encargos, como eu disse há pouco, com os salários que subiram muito mais do que 1 milhão e 700 mil euros, que é a folga do IMT e, portanto, a despesa em salários subiu muito mais e, ainda há pouco disse, os encargos com os juros aumentaram 40% e, portanto, estamos a falar de centenas de milhares de euros, não podemos retirar essa conclusão só olhando para os impostos diretos IMI e IMT. -----

----- A caducidade de contratos, aqueles que dizem respeito às atividades de enriquecimento curricular, aqueles professores que são contratados, só temos contratos de trabalho a termo para estas situações, por isso é que eles caducam, porque no fim do ano letivo o contrato de trabalho caduca e é daí que vem essa caducidade. -----

----- Quando falamos em resultado líquido de 15 milhões de euros, não confundir com o saldo de gerência que foi 4 milhões de euros, o resultado líquido diz respeito à análise financeira que é feita também por este documento e na qual temos em conta o património todo do Município, as amortizações e nós devemos olhar, se quisermos falar no saldo de gerência, para os 4 milhões de euros e é isso que nos interessa na gestão do dia-a-dia. -----

----- **VOTAÇÃO – Ponto 2.1. Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2022: Aprovada por maioria, com 15 votos contra (6 PSD + 4 CDU + 2 BE + 2 CDS + 1 CH), 2 abstenções (1 PAN + 1 IL) e 23 votos a favor (PS).** -----

----- Pelos Grupos Municipais do PSD, da CDU, do BE e do CDS e pelo Deputado Municipal da IL, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. -----

27.ABR 2023



Reunião de Assembleia Municipal de Gondomar

27 de Abril de 2023

Declaração de Voto – Ponto 2.1

“Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2022”

O PPD/PSD têm, sucessivamente, questionado as opções políticas e de gestão do Partido Socialista na Câmara Municipal de Gondomar vertidas nas contas apresentadas, pois consideramos que as opções políticas correspondentes não são as adequadas para responder às necessidades atuais dos Gondomarenses e ao desenvolvimento sustentável do nosso concelho, especialmente no atual e complexo período inflacionista.

Apesar de o PSD alertar para este facto, apresentando propostas concretas para baixar o IMI e proceder a devolução de IRS, este executivo insiste em “ganhar dinheiro” com as dificuldades dos nossos municípios.

Repare-se que apesar de terem baixado o valor do IMI, a rubrica continua a crescer positivamente a favor da Camara Municipal.

O aumento de impostos representa uma das maiores receitas a par das transferências recebidas do governo central. Dois fatores que contribuem para um resultado líquido superior a 15 Milhões. Quer isto dizer que apesar da baixa do IMI (pouco mais de 1% face ao valor da receita deste imposto), há condições para baixar este imposto para o nível das taxas praticadas antes de 2013, bem como para devolver parte do IRS recebido aos Gondomarenses. Ambas propostas que o PSD apresentou e que o PS incompreensivelmente não acolheu.

Nunca houve tanto dinheiro para se investir em Gondomar, fruto das transferências recebidas, e infelizmente não tem havido visão nem capacidade para um investimento que promova o desenvolvimento socioeconómico sustentável de Gondomar.

Ainda, a falta de foco nos transportes públicos, é inexplicável, tanto na ineficiência da mobilidade interna como entre Gondomar e os concelhos vizinhos, denotando -se pela falta de investimento nesse sector.

Dado a presente documentação traduzir a execução de um orçamento que não foi aprovado pelo PPD/PSD, porque não são, no nosso entender, as opções políticas necessárias para o crescimento de Gondomar e para os Gondomarenses, o Partido Social Democrata vota contra a Prestação de Contas referentes ao ano de 2022.

Os Deputados Municipais do PPD/PSD

O Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas é o instrumento que permite, ano após ano, avaliar o grau de cumprimento dos projetos do município, corrigir e implementar políticas de acordo com a aferição do que foi planeado e executado.

Os eleitos da CDU procederam a uma análise das Contas de Gerência de 2022. Mantendo o conjunto de considerações manifestadas pela vereadora da CDU no órgão executivo, os membros da Assembleia Municipal de Gondomar declaram o seguinte:

1. A análise das Contas de Gerência decorrem da execução do Orçamento Municipal, instrumento de gestão que tem merecido a oposição da CDU, nomeadamente pelo facto de não serem consideradas as diversas propostas que apresentamos;
2. Os dados evidenciados ao nível da receita provam que era e é possível ir mais longe na diminuição da taxa de IMI, já que se continua a verificar um aumento da receita proveniente dos Impostos Diretos;
3. A maioria PS continua a não optar por uma política de valorização dos trabalhadores e dos serviços públicos, situação verificável pelas verbas disponibilizadas à externalização de serviços, continuando a opção por uma política de recurso à gestão privada de serviços públicos essenciais, como a limpeza e a higiene urbana ou as refeições escolares, bem como recurso à prestação de serviços para tarefas permanentes como a limpeza de equipamentos municipais;
4. No que diz respeito à política de pessoal, o município confrontar-se-á a breve prazo com problemas estruturais na resposta aos problemas das populações, considerando que quase 40% dos trabalhadores têm mais de 55 anos, não se percebendo por isso que quase metade das saídas em 2022 tenham ocorrido por caducidade;
5. A baixa taxa de execução orçamental, que se estende às rubricas das Grandes Opções do Plano, inferior aos 70%, em áreas como a mobilidade, a coesão e ação social, a cultura, a habitação, cidadania e participação (4%), entre outras, provam que há um conjunto de projetos e intenções anunciadas pela maioria PS que não passam disso mesmo.

Pelas razões expostas, em complemento às posições já públicas, os eleitos da CDU votam contra o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2022.

Gondomar, 27 de Abril de 2023

Os eleitos da CDU

Daniel Vitor
Beja ur de le face
Honória Sauparo
Paulo Silva

27.ABR 2023



Declaração de Voto

Não revemos pela positiva a prestação de contas e o relatório de gestão de 2022, sendo que consideramos que a execução orçamental ficou aquém para o desejado nos últimos meses do ano de 2022, sendo que o mesmo se vislumbra para o ano de 2023.

Mantemos a mesma posição dado que este continua a ser um orçamento em que não nos revemos e que não apresenta melhorias substantivas para a vida dos e das Gondomarenses.

Por este conjunto de razões, votamos contra o ponto 2.1 da Ordem de Trabalhos.

P'lo Bloco de Esquerda:

Sara Santos

João Silva

27. ABR 2023



Assembleia Municipal de Gondomar
Declaração de Voto – Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas
2022

Relativamente ao ponto da Ordem de Trabalhos "**Ponto 2.1 – Relatório de Gestão de Documentos de Prestação de Contas de 2022**" apresentado pelo Executivo do Partido Socialista (PS) que Governa a Câmara Municipal de Gondomar, o Grupo Municipal do CDS optou por votar contra, pelos seguintes motivos:

1. O CDS Gondomar discorda totalmente das opções políticas do Executivo Municipal do PS, nomeadamente no que diz respeito aos investimentos efectuados, que na sua globalidade não acrescentam nenhum aporte, nem trazem qualquer retorno económico ou social para o nosso Concelho. Num ano em que as Famílias Gondomarenses e os nossos Empresários ainda continuam a sofrer os efeitos duma crise económica bem como uma carga fiscal das mais severas da Europa, o Executivo do Partido Socialista deveria, como alertarmos publicamente várias vezes, priorizar os investimentos, canalizando-os para a captação de investimento e a diminuição da carga fiscal e da despesa. Entendemos que estas opções políticas do Executivo Municipal do PS, infelizmente não dão respostas aos problemas concretos dos Gondomarenses e do nosso Concelho, que continua na cauda da Área Metropolitana do Porto;
2. O CDS de Gondomar depois de analisar o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2022 e tendo em conta o parecer da Empresa Auditora, considera que o passivo do Município continua em níveis extremamente elevados, que podem colocar em causa a solvabilidade financeira da Câmara Municipal e também hipotecam o futuro das novas gerações Gondomarenses.

O Grupo Municipal do CDS
Urbano Marques
Nuno Sousa
Gondomar, 27 de Abril de 2023
geral@cds-gondomar.com
www.cds-gondomar.com

27.ABR 2023



**iniciativa
liberal**

**Declarações de voto – Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Gondomar
de 27 de abril de 2023**

Período da Ordem do Dia

Ponto 2.1 - Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2022

Mais uma vez, e tratando-se do documento em causa um dos mais importantes produzidos pelo executivo, é de salientar, e lamentar, a pouca antecedência na disponibilização do mesmo para a análise que lhe é devida.

Não obstante, e tratando-se de um relatório, no curto espaço de tempo disponível, são de saltar à vista diversas decisões e opções políticas que, além de não se adequarem com a visão da Iniciativa Liberal para o Município, nos levam a tecer diversas considerações.

Em primeiro lugar, é visível, desde logo, um aumento transversal dos impostos, excetuando-se a Derrama, que, por si só, não é um bom sinal para o Município. Ora, se tivermos em conta o estado atual socioeconómico do país, em consonância com uma notória execução aquém do esperado, nomeadamente em áreas fulcrais como é o caso da saúde, fica demonstrada, mais uma vez, a necessidade premente de diminuir os impostos, seja às famílias, seja às empresas.

Seguidamente, outro ponto que nos causa preocupação é o da média de idade dos funcionários do Município. Com este número, é impossível fugir ao facto de que está criada uma espécie de “bomba-relógio” demográfica a futuros executivos, o que colocará, definitivamente, em causa o bom funcionamento das instituições a médio-longo prazo.

Por fim, não podemos deixar de reconhecer o mérito naquilo que à gestão da dívida diz respeito, ponto esse fulcral para o futuro do Município, uma vez que este não estará, desta forma, hipotecado.

Perante este cenário, e uma vez que se trata, precisamente, de um relatório, a Iniciativa Liberal **ABSTÉM-SE** neste ponto.

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,

João Resende Figueiredo

27.ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

----- **2.2 – “Estratégia Local de Habitação (ELH) de Gondomar” – 1.ª Alteração;** -----

----- **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** – Este documento vem adequar aquilo que é a nova realidade do mercado, como se recordam, Gondomar foi o primeiro Município a dar sinais da Estratégia Local de Habitação, com valores de referência à data de 1 100€/m² para aquisição de imóveis e hoje, apesar das tentativas, é impossível adquirir imóveis a 1 100€/m², o mercado disparou de forma tão grande e não conseguimos executar assim. No fundo, esta estratégia tem a ver com uma revisão quer em alta do valor do m², quer uma redistribuição entre várias rúbricas daquilo que é a aquisição de fogos, a construção pela própria Câmara ou a reabilitação de Conjuntos Habitacionais que também ali prevemos, portanto, no fundo, é adequar aos tempos e custos de hoje, aquilo que foi um documento contratualizado há cerca de dois anos. -----

----- **VEREADORA SENHORA DRA. CLÁUDIA VIEIRA** – Efetivamente, como o Senhor Presidente explicou, esta é a primeira alteração, a legislação assim o permite, o órgão deliberativo que tem efetivamente competências para aprovar esta estratégia é a Assembleia Municipal, que depois carecerá da validação do IHRU. Importa aqui referir que este documento começou a ser construído em 2018, portanto, desde 2018 até ao momento tivemos alterações muito significativas do ponto de vista socioeconómico e que, acima de tudo, aquilo que se pretende é considerar como elegível o valor da aquisição dos terrenos, que inicialmente não foi considerado e também pequenas correções do ponto de vista de distribuição de fogos e ajustamento também àquelas que são as respostas que temos no que respeita às organizações do terceiro setor. -----

----- Temos um acréscimo de 35 agregados superiores à inicial estratégia, não é uma diferença muito significativa, no entanto, permite-nos fazer alguns ajustamentos e, acima de tudo, como referiu o Senhor Presidente, podemos elaborar os cálculos com base nos novos valores de referência que são significativamente superiores à inicialmente prevista. -----

27. ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



----- **MARIA JOSÉ CORREIA** (PSD) – Sem querer retirar a importância ao documento anteriormente discutido, que naturalmente é um documento de gestão fundamental na perspetiva do todo de como a Câmara gere e de como o Executivo gere as questões da Câmara, na minha opinião, esta Estratégia Local de Habitação é um instrumento fundamental, é uma coisa importantíssima e fico espantada que, além de mim, só haja mais uma inscrição para se falar sobre isso, porque eu acho que Gondomar e este Executivo tem na mão uma oportunidade de mudar completamente a vida dos Gondomarenses, daqueles com quem nos temos efetivamente de nos preocupar todos, independentemente da nossa cor política, aqueles que não têm habitação condigna, há um direito constitucionalmente consagrado do direito à habitação e eles não a têm e espanta-me que não se esteja a dar a devida importância.-----

----- Já estive a ver todo o projeto apresentado, com certeza que estão a fazer um bom trabalho, não me irei opor a qualquer alteração, acho que isto efetivamente é um documento dinâmico e as coisas têm de ser trabalhadas e adaptadas à realidade. A Senhora Vereadora disse agora que começaram a trabalhá-lo em 2018, eu estava a fazer a minha intervenção no sentido em que isto começa em 2021, que foi quando foi aqui aprovado, desde julho de 2021 até agora, estamos em abril de 2023, temos quase dois anos, nesses dois percebi que falávamos em 1 452 famílias, agora falamos de 1 488 famílias que já estão sinalizadas e que vão ser alvo de intervenção e a vontade de falar e de estar aqui é precisamente para dizer que espero que este Executivo agarre da melhor forma esta oportunidade, acho que, no âmbito do exercício da ação política, quando podemos tentar mudar radicalmente a vida de alguém, efetivamente fazemos a diferença, eu gostava muito de fazer parte desse projeto, no sentido de que o PSD irá colaborar, mas também vai estar vigilante, porque não pode Gondomar perder uma oportunidade destas, não pode Gondomar deixar que os milhões que irão ser investidos aqui, principalmente do PPR, sabemos bem como é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

27. ABR 2023



GONDOMAR
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

que a execução do plano resiliência está a ser complicada. O PSD vai estar atento à execução, que acho que é muito complexa e com certeza tem um desafio muito grande e quando digo que estamos vigilantes é no sentido de este ser um projeto mesmo importante para os Gondomarenses, eu gostava muito de fazer parte, para poder dizer eu ajudei, eu contribui para mudar a vida das pessoas, isto é que é fazer política, não é estarmos aqui a discutir, e me perdoem, sei que tudo é importante, mudar a vida a uma pessoa é importante, mas quando estamos a falar deste Universo nós temos de ser mais assertivos e levar isto muito a sério, eu acho realmente muito importante e só queria aproveitar esta ocasião para dizer a minha opinião, que é partilhada pelos meus colegas de bancada, no sentido para eu perceber, que na leitura daquele documento não consigo perceber, o que é que efetivamente já foi feito, ou seja, desde 2021 até hoje, é a pergunta que lanço ao Executivo, o que já foi feito, eu sei que com certeza tem uma priorização, estão a priorizar quais são os casos que serão primeiramente intervencionados, saltou-me à vista que das 1 488 famílias, refere-se que há 62 pessoas a quem chamam “vulneráveis”, eu pergunto, já foram resolvidos os problemas destas pessoas? Vamos começar por aí? Acho que sim, a priorizar seria por aí e também me surgiram algumas dúvidas neste sentido, por exemplo, há uma parte que vai ser executada pelo Município diretamente, há outra parte da solução que irá ter um total 183 candidaturas em que será o próprio beneficiário direto a resolver, pergunto eu, como é que a Câmara conseguiu aferir da capacidade dos seus beneficiários ou não tem como aferir? É um tiro no escuro ou quais são os critérios que estão a ser utilizados? Pergunto, porque gostava de perceber e precisar e acho que está na altura do Executivo se juntar e usar todas as ferramentas que tem, que são muitas, e resolver os problemas, porque um ser humano que não tem uma casa digna para viver, é-lhe retirada toda a dignidade e isso, para mim, é o mínimo da existência, ter um teto. Nós hoje viemos para cá, fomos jantar a nossa casa ou não, mas o que é certo é que todos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

27.ABR 2023



GONDOMAR
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

nós, sem exceção, vamos sair daqui e vamos para a nossa casa confortável, mais ou menos, maior ou mais pequena, vamos e acho que todos nós devíamos pensar nisso, que há Gondomarenses que não têm isso e se temos este instrumento tem de ser muito bem trabalhado, eu sei que é muito complexo e espero que o Executivo faça um bom trabalho, de forma a que todos nos possamos orgulhar disso. -----

----- Também tenho aqui outra dúvida, que não consegui perceber, se esta Estratégia Local de Habitação se aplica à habitação social já existente, folgo em saber que sim, e também pergunto porque não começaram por aí, porque é que tenho conhecimento direto de que há casas de habitação social que estão vazias com pessoas a não terem casa para habitar e são estas perguntas que eu deixo no ar para o Executivo, acho muito importante que levem esta tarefa mesmo muito a sério para podermos melhorar a vida aos Gondomarenses e há muito tempo já vi uma citação com o Papa Francisco, que acho um ser humano de uma sensibilidade enorme, que dizia “nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos, nenhuma pessoa sem a dignidade que o trabalho lhe dá”. Vamos começar pela casa e vamos mudar a vida aos Gondomarenses, que é essa a expectativa que todos temos, refiro, os Deputados do PSD estão colaborantes, mas também vigilantes, pois Gondomar não pode perder a oportunidade de devolver a dignidade aos cidadãos sem habitação condigna. -----

----- **CARLA FERREIRA (PS)** – Leu e entregou a declaração de voto, que adiante segue. -----

----- **VEREADORA SENHORA DRA. CLÁUDIA VIEIRA** – Dizer que temos total consciência da responsabilidade que este instrumento nos confere e efetivamente a habitação é um problema com o qual Gondomar se depara, mas é transversal a todo o país e reiterar este nosso sentido de responsabilidade. Esclarecer que este documento iniciou o trabalho em 2018, foi a data de início de elaboração, de ida para o terreno, de levantamento dos dados que constam da primeira versão

27. ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

deste instrumento e que, decorrente também da situação pandémica, houve alguns atrasos relativamente àquilo que seria o desenvolvimento dos processos, no entanto, Gondomar foi dos primeiros Municípios a formalizar e a assinar este documento. -----

----- Dizer também que, no que respeita à intervenção nas nossas habitações sociais, referir que as primeiras candidaturas que já subtemos foram especificamente para essas habitações, foram submetidas 61 candidaturas para reabilitação dessas habitações e está previsto já um levantamento, em articulação com o colega da habitação, para submetermos mais habitações para essa reabilitação, temos também já em projeto a construção e aquisição de várias habitações, contudo, a alteração deste documento será facilitador, na medida em que considera incorporar as despesas referentes aos terrenos e, no fundo, é isto que está aqui explanado. -----

----- Importante também dar nota de que ao longo de todo este período também foram ocorrendo algumas alterações legislativas e se nós começamos numa primeira fase com o primeiro direito que devemos manter, neste momento temos um outro instrumento cupulado que é o PRR e que vem reforçar aquilo que é a verba a acrescentar à estratégia local. Importa também aqui dizer, que a Senhora Deputada fez referência aos beneficiários diretos, inicialmente nós estimamos um número mais elevado de beneficiários diretos de 359, era o que constava da primeira estratégia e aqui passamos para 183, sendo assumidos 176 destes beneficiários pelo Município, isto porque, em articulação com as Juntas de Freguesia, temos estado em estreita colaboração e no mês de março realizamos sessões de esclarecimento mobilizando todos os beneficiários diretos para esclarecimento das medidas de apoio e de que forma é que eles poderão beneficiar, sendo também de dar nota que temos um gabinete constituído especificamente para apoio aos beneficiários diretos e a todos aqueles que, no decurso da Estratégia Local de Habitação, pretendam ver as suas dúvidas esclarecidas. -----

27. ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

----- VOTAÇÃO – Ponto 2.2. “Estratégia Local de Habitação (ELH) de Gondomar” – 1.ª
Alteração: Aprovada por maioria, com 17 abstenções (6 PSD + 4 CDU + 2 BE + 2 CDS + 1 CH + 1
PAN + 1 IL) e 23 votos a favor (PS). -----

----- Pelos Grupos Municipais do PS, do PSD e da CDU e pelos Deputados Municipais do PAN e da
IL, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. -----

27. ABR 2023



Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhores Secretários

Senhor Presidente de Câmara

Senhores Vereadores

Senhores Deputados Municipais - *sr. Presidentes de Junta*

Senhoras Funcionárias da Câmara Municipal

Caro Público

Em 15 de Julho de 2021, foi aprovado em Assembleia Municipal a Estratégia Local de Habitação de Gondomar, que culminou com a assinatura do Acordo de Colaboração entre o Município de Gondomar e o IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, em 16 de Novembro de 2021.

Passados cerca de um ano e cinco meses sobre a assinatura do Acordo de Colaboração, é necessário alterar a Estratégia Local de Habitação de Gondomar, uma vez que o decurso do tempo e o trabalho desenvolvido permitiu conhecer melhor as necessidades da população Gondomarense no que à habitação diz respeito, sendo necessário adaptar a Estratégia Local de Habitação às necessidades daqueles que necessitam.

Sendo o tema da habitação tão sensível, atendendo à escassez de imóveis no mercado de arrendamento, os preços das rendas atualmente praticados, bem como o direito a uma habitação condigna, direito esse constitucionalmente consagrado, o Município deverá estar atento às carências habitacionais dos seus habitantes.

Assim, a alteração ora apresentada só vem demonstrar que o Município está preocupado e encontra-se a trabalhar de forma a atualizar as situações de carência habitacional que estavam plasmadas na Estratégia Local de Habitação aprovada em 15 de Julho de 2021.

27.ABR 2023

Em face do trabalho realizado, esta primeira alteração da Estratégia Local de Habitação de Gondomar vem dar resposta às necessidades habitacionais a mais 394 agregados familiares, em comparação com a Estratégia Local de Habitação aprovada em 15/07/2021.

Inicialmente eram 1094 agregados familiares abrangidos pelo Estratégia Local de Habitação de Gondomar, passando agora para 1488, aos quais é necessário dar resposta habitacional.

Todas as alterações efetuadas à Estratégia Local de Habitação ou a qualquer outro documento, que sejam realizadas em prol dos Gondomarenses são bem-vindas e apoiadas pelos Deputados do Partido Socialista.

Posto isto,

Os Deputados da Assembleia Municipal do Partido Socialista irão votar a favor da 1ª Alteração da Estratégia Local de Habitação de Gondomar.

Disse.

27. ABR 2023



Reunião de Assembleia Municipal de Gondomar

27 de Abril de 2023

Declaração de Voto – Ponto 2.2

“Estratégia Local de Habitação (ELH) – 1ª Alteração”

Entendemos estar perante o mais importante e ambicioso programa, nos últimos anos facultado ao poder local, capaz de melhorar radicalmente a vida daqueles gondomarenses que, lamentavelmente, não tem acesso a uma habitação condigna.

Aqueles a quem está a ser retirado o direito à habitação, constitucionalmente consagrado, no art. 65º da C.R.P. nº 1 “Todos tem direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.”

Um ser humano sem uma casa digna, não vive, sobrevive. E é-lhe com certeza retirada toda a dignidade.

Assim, face à proposta apresentada de aprovação da 1ª alteração da Estratégia Local de Habitação, que relembro foi aprovada pela 1ª vez em 15 de julho de 2021 urge fazer um ponto da situação.

E por isso perguntamos a este executivo, da estratégia local de habitação implementada o que já saiu do papel?

Sendo certo que a calendarização prevê já 389 respostas/intervenções no presente ano de 2023, quantas destas respostas foram materializadas? E quantas destas foram assumidas pelo Município? Mormente, dos indicadores recolhidos constata-se que da universalidade de 1488 famílias com carências habitacionais, 62 referem-se a pessoas vulneráveis. Em que condições vivem atualmente? Neste ensejo questionamos, qual o critério que está a ser seguido para dar resposta aos pedidos apresentados. Estas 62 famílias, estão a ser priorizadas? Já foi dada resposta a algum destes casos? Esperarão até 2026?

Outra questão que importa responder, prende-se com as medidas que salvo melhor entendimento, carecem de concretização.

Vejamos, duas das medidas previstas, consistem em “1.1.04 - O proprietário do fogo em núcleo degradado reabilita o fogo de que é titular” e “2.1.02 - Beneficiário direto reabilita o seu fogo”, sendo que a estratégia local de habitação tem como expectável que os beneficiários diretos venham a representar um total de 183 candidaturas, constituindo uma resolução de 12,3% do total de agregados identificados.

Donde se afere a capacidade dos beneficiários diretos para suportar/custear por sua própria iniciativa, a concretização das respostas necessárias? Não ficamos esclarecidos.

No âmbito da resposta social dada pelo Município à habitação, qual o motivo para continuarem a existir habitações sociais devolutas? Estas habitações também serão intervencionadas no âmbito da ELH? Não ignoramos que a execução desta estratégia é uma tarefa de alta complexidade, e

27. ABR 2023

importância, razão pela qual deverá o executivo munir-se de todas as ferramentas disponíveis. Dai a necessidade de mais aprofundamento, de mais pormenorização, de mais concretização.

Citando o Papa Francisco "...Nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos, nenhuma pessoa sem a dignidade que o trabalho lhe dá".

Ora, comecemos também nós pela casa. A eficaz e célere implementação deste programa tem de ser a prioridade deste executivo.

Os deputados do PPD/PSD estarão colaborantes, mas também vigilantes, pois Gondomar não pode perder a oportunidade de devolver a dignidade aos seus cidadãos sem habitação condigna.

No entanto, considerando a responsabilidade procedimental ser do proponente, o PPD/PSD opta por se **Abster** quanto ao conteúdo desta proposta.

Os Deputados Municipais do PPD/PSD



Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Gondomar – 27 de abril de 2023

Período da Ordem do Dia – Ponto 2.2 – “Estratégia Local de Habitação (ELH) de Gondomar” – 1.ª Alteração

CDU – Declaração de Voto

A Estratégia Local de Habitação (ELH) do Município de Gondomar elaborada no âmbito do Programa 1.º Direito, é como já referiram os eleitos da CDU, em 2021 nas reuniões quer da Câmara Municipal, quer da Assembleia Municipal, um documento bastante importante.

Esta proposta da 1.ª alteração à ELH é positiva pois apresenta-nos uma atualização dos dados o que nos fornece um diagnóstico mais preciso da situação habitacional no concelho. Isso permitirá que sejam adotadas medidas mais eficazes e adequadas para resolver os problemas habitacionais existentes.

A referência a 1488 agregados familiares que apresentam carências habitacionais é preocupante e indica a necessidade urgente de ações para melhorar a situação habitacional no município. A planificação temporal do investimento é também uma medida importante para garantir que o financiamento seja utilizado de forma adequada e eficiente.

Analisando esta proposta, somos a considerar o seguinte:

Esta 1ª alteração à ELH do Município de Gondomar ainda não apresenta elementos prospetivos, ou seja, não apresenta informações sobre o número de fogos que serão necessários nos próximos anos, além do horizonte temporal apresentado até 2026. Isso pode limitar a capacidade do documento de projetar, dimensionar e orçamentar investimentos a longo prazo.

A situação habitacional em Gondomar é preocupante e exige medidas mais audazes para abordar as carências habitacionais existentes. No entanto, também é reconhecido que a implementação dessas medidas envolve um esforço financeiro significativo por parte dos municípios.

É importante que o governo reconheça as limitações e forneça recursos financeiros adequados para ajudar os municípios a enfrentar a crise habitacional.

Garantir que o financiamento proveniente do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) não comprometa os investimentos previstos no programa 1º Direito, uma vez que ambos os investimentos são fundamentais para responder às necessidades habitacionais da população.

A especulação imobiliária pode tornar difícil para muitos agregados familiares adquirir ou alugar habitação, especialmente em áreas com fragilidades económicas. Nesse sentido, é essencial que sejam implementadas medidas para responder a essas situações urgentemente, incluindo o enfrentamento de despejos e incumprimentos de empréstimos bancários para habitação.

Esta Estratégia Local de Habitação não é capaz de responder a todas as necessidades e que a Carta Municipal de Habitação pode ser um instrumento importante para garantir um enquadramento mais integrado e respostas mais sustentáveis. É crucial que o executivo municipal elabore a Carta Municipal de Habitação de acordo com a Lei de Bases da Habitação e que entreguem o documento o mais brevemente possível.

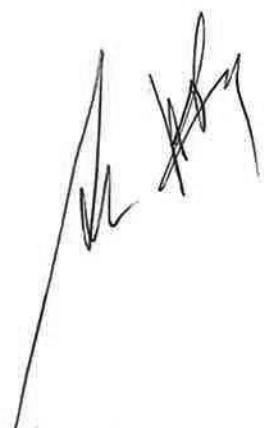
Resumindo, concluímos que esta estratégia habitacional apresentada, ainda não seja adequada às necessidades reais da habitação e que seja uma transferência encapotada de competências para as autarquias. É crucial que haja uma cooperação efetiva entre os diferentes níveis de governo para garantir o acesso à habitação como um direito fundamental da população.

Assim, neste ponto da ordem de trabalhos, os deputados da CDU optam pela **ABSTENÇÃO**.

Gondomar, 27 de Abril de 2023

Os deputados municipais da CDU

Os deputados municipais da CDU
Mónica Sampaio
Paulo Silva
João Veiga



DECLARAÇÃO DE VOTO PAN

2.2 - “Estratégia Local de Habitação (EHL) de Gondomar” – 1.ª Alteração

Em relação a este ponto, o PAN Gondomar optou pela abstenção. Consideramos esta primeira proposta de alteração à Estratégia Local de Habitação (ELH) bastante redutora.

Pelo lado positivo vemos que o executivo encara a reabilitação de edifícios como uma aposta a seguir, algo que o PAN defende por ser economicamente mais viável e igualmente menos impactante a nível ambiental.

Ainda assim vemos com bastantes reservas, o espaço temporal a que a mesma de refere, apenas até 2026, e a falta de uma aposta efetiva na recuperação de imóveis para arrendamento acessível, beneficiando dessa forma os jovens e as famílias da classe média trabalhadora.

27. ABR 2023



**iniciativa
liberal**

**Declarações de voto – Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Gondomar
de 27 de abril de 2023**

Ponto 2.2 - “Estratégia Local de Habitação (EHL) de Gondomar” – 1.ª Alteração

Apesar da estratégia definida no documento em análise neste ponto não ser consonante com aquilo que a Iniciativa Liberal defende para o tema, visão essa que não se modifica com a alteração em discussão, derivada à situação socioeconómica atual do país, o que leva a uma natural necessidade de revisão de critérios, a IL **ABSTÉM-SE** nesse ponto.

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,

João Resende Figueiredo

27. ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

----- **2.3 – “Ligação entre a Rua Novais da Cunha e a Avenida da Conduta”** -----

----- **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** – Dar nota do seguinte, a declaração de interesse público deste projeto prende-se com o atraso na resolução do PDM, esta via estava prevista, como sabem, desde o PDM de 1994, se a memória não me falha, sucede que no PDM de 2015, a sobreposição de cartas da RAN e da REN não foi exatamente à mesma escala que a do PDM e houve sobreposição da via numa área que é RAN e REN, que está em desafetação e já não vai ser do PDM, que estará brevemente em discussão pública. Os atrasos não têm a ver com a Câmara, têm a ver apenas com a CCDR-N, para evitar atrasos e consoante os documentos que estão aí juntos da própria Reserva Agrícola Nacional, sugerem evitar que agora a obra tenha de parar. ----

----- **EUGÉNIA FARIA (CDU)** – Leu e entregou a declaração de voto, que adiante segue. -----

----- **ANA PATRÍCIA CRUZ (PSD)** – Leu e entregou a declaração de voto, que adiante segue. -----

----- **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** – Um partido acha que devemos manter a zona verde, outro partido diz que isto já devia ter sido feito há mais tempo, portanto, estamos a executar, a fazer o que não foi feito, essa é que é a realidade e o que está a ser feito, está a ser pago, não vamos deixar encargos para o Executivo futuro e é verdade que se tem destruído algumas árvores não classificadas, como os eucaliptos, mas a verdade é que a redução da pegada carbónica daquela via que vai poupar mais de 1 km e meio a milhares de Gondomarenses, por dia, é que se vai notar e portanto na compensação não tenho dúvidas nenhuma que o ambiente ficará a ganhar. -----

----- **VOTAÇÃO – Ponto 2.3. “Ligação entre a Rua Novais da Cunha e a Avenida da Conduta”:**

Aprovada por maioria, com 16 votos contra (6 PSD + 4 CDU + 2 BE + 2 CDS + 1 CH + 1 PAN), 1 abstenção (IL) e 23 votos a favor (PS). -----

----- Pelos Grupos Municipais do PSD, da CDU e do CDS e pelos Deputados Municipais do PAN e da IL, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante segue. -----

27.ABR 2023



Cópia

Reunião de Assembleia Municipal de Gondomar

27 de Abril de 2023

Declaração de Voto – Ponto 2.3

“Ligação entre a Rua Novais da Cunha e a Avenida da Conduta”

O PSD reitera, nesta matéria e de uma forma coerente, intervenções passadas recordando que este projeto tem uma década de atraso, já que em 31 de julho de 2003, o Conselho de Ministros através da Resolução nº 38 aprovou a realização da linha do Metro Antas- Gondomar, em via dupla, com valor aproximado de 194 Milhões de Euros, incumbindo a Metro do Porto, S.A., de apresentar o modelo de financiamento, bem como o respetivo enquadramento jurídico e lançamento do empreendimento, que englobava a criação de uma Avenida incluindo todas as infraestruturas inerentes, que faria a ligação entre a Avenida Dr. Mário Soares e a Rua Novais da Cunha e em que os custos seriam da responsabilidade da Metro do Porto, SA, sem encargos para os Gondomarenses.

Nunca é demais lembrar que, posteriormente àquela aprovação e por oposição irresponsável dos, à data, presidentes de junta das freguesias de Rio Tinto (agora o presidente da câmara) e de Baguim do Monte, verificou-se o abandono do projeto, levando a que a linha do Metro terminasse em Fânzeres e não na feira de Gondomar (S. Cosme), conforme previa a Resolução do Conselho de Ministros, repita-se, aprovada há cerca de 20 anos.

Significa que, se o referido projeto tivesse sido concretizado, conforme a Resolução do Conselho de Ministros, esta obra não acarretava encargos extraordinários aos gondomarenses.

Face ao exposto, o PPD/PSD de uma forma consciente e coerente, vota contra esta proposta.

Os Deputados Municipais do PPD/PSD



Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Gondomar – 27 de abril de 2023

**Período da Ordem do Dia – ponto 2.3 - Ligação entre a Rua Novais da Cunha e a Av^a da
Conduta – Declaração de Voto**

O executivo continua a enviar propostas de intervenção em áreas classificadas como RAN e REN, sem enviar, como seria de esperar, os respetivos pareceres da Agência Portuguesa do Ambiente.

Esta ligação ocupará áreas RAN de 3563 m² e REN de 2050 m², bem como o atravessamento do rio Torto, o que implica a perda de um importante pulmão verde do nosso Concelho.

Os deputados da CDU não podem votar favoravelmente um projeto, que implique a perda de áreas verdes, tão importantes à qualidade de vida dos Gondomarenses, pelo que apela a todos os deputados que considerem o seu sentido de voto, exercendo o papel fiscalizador

Neste sentido, o Grupo Municipal da CDU vota contra esta proposta.

Gondomar, 27 de abril de 2023.

Respeito feito ao Sr.
Nómica Saupato
Paulo Silva
Daniel J. J.

27.ABR 2023



**Assembleia Municipal de Gondomar
Declaração de Voto P.O.D. – Ponto 2.3)
“Ligação entre a Rua Novais da Cunha e a Avenida da Conduta”**

Relativamente ao Ponto 2.3), do Período da Ordem do Dia, o Grupo Municipal do CDS optou por votar contra, pelos seguintes motivos:

1. O Grupo Municipal do CDS entende que esta Empreitada não apresenta razões de facto e de direito para violar terrenos afectos à REN e à R.A.N, bem como não acautela a proteção do leito onde corre o Rio Torto;
2. O Grupo Municipal do CDS, por outro lado, entende que a relação custo/benefício com esta Obra, não justifica o elevado custo para o Município, havendo outras obras essenciais que deveriam merecer outra atenção por parte deste Executivo.
3. Pelos motivos expostos, o Grupo Municipal do CDS vota contra.

**O Grupo Municipal do CDS
Urbano Marques
Nuno Sousa
Gondomar, 27 de Abril de 2023
geral@cds-gondomar.com
www.cds-gondomar.com**

DECLARAÇÃO DE VOTO PAN

2.3 - “Ligação entre a Rua Novais da Cunha e a Avenida da Conduta”

Como já o havíamos mencionado na anterior sessão da Assembleia Municipal de Gondomar I, o PAN Gondomar mostra-se contra a construção desta via.

Seria preciso que esta via fizesse uma enorme diferença na vida dos gondomarenses para voltarmos favoravelmente, dado que a mesma irá implicar a construção em Áreas de Reserva Ecológica e Agrícola Nacional, assim como atravessar um dos recursos hídricos do concelho, e a pertinência da construção não nos parece relevante neste caso.

Além destes fatores, esta obra irá obrigar o executivo a um considerável esforço financeiro.

Assim sendo o PAN vota contra neste ponto.

27.ABR 2023

**iniciativa
liberal**

**Declarações de voto – Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Gondomar
de 27 de abril de 2023**

Ponto 2.3 - Ligação entre a Rua Novais da Cunha e a Avenida da Conduta

A Iniciativa Liberal vê com bons olhos o investimento público, quando este se configure como sendo benéficas para o Município e respetivos munícipes.

No entanto, e conforme tem sido usual nas diversas propostas deste género apresentadas pelo Executivo nesta Assembleia, surge em falta o parecer ambiental. Não raras vezes, por conta da emissão posterior de tal documento, estes projetos têm tido diversos problemas e entraves, pelo que, mais uma vez, correr este risco é altamente criticável.

Posto isto, a Iniciativa Liberal **ABSTÉM-SE** neste ponto.

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,
João Resende Figueiredo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

27.ABR 2023



GONDOMAR
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

----- **2.4 – Projeto de Regulamento de Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e Outras Formas de Jogo;** -----

----- **VEREADORA SENHORA DRA. AURORA VIEIRA** – Trata-se de uma competência descentralizada que é preciso regular e o que se traz aqui agora é projeto final da discussão do Regulamento desta competência que passou para as Câmaras Municipais, é um documento técnico que tem de existir para que os cidadãos de Gondomar possam aceder a estes serviços ou para prestar serviços deste tipo. -----

----- **FERNANDO CERQUEIRA (PS)** – Quero deixar ficar aqui uma crítica à ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias) e uma crítica à ANAM (Associação Nacional de Municípios), porquê? Porque temos aqui um problema, dois Concelhos são privilegiados, se vocês quiserem ter um Totobola ou um Euromilhões no Concelho de Gondomar não têm, tem de se andar 5 km ou 7 km e quem tem que lutar por isto não é Gondomar, tem de ser a ANAM para todos os Municípios ou a ANAFRE por conta das Freguesias, porque no Porto têm porta sim, porta não, um Totobola ou um Euromilhões e Lisboa a mesma coisa, são dois Concelhos privilegiados. Se alguém tiver um espaço enorme que queira pôr lá um Totobola ou Euromilhões não consegue, mas no Porto e Lisboa é porta sim, porta não, é assim que está esse Regulamento, eu faço uma pergunta, porque é que Lisboa e Porto hão de ser privilegiados em relação aos outros Concelhos? Era uma crítica que queria deixar aqui, para que a ANAFRE e ANAM reivindicuem no Governo, para que seja igual para os outros Concelhos. -----

----- **VOTAÇÃO – Ponto 2.4. Projeto de Regulamento de Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e Outras Formas de Jogo: Aprovada por maioria, com 14 abstenções (6 PSD + 4 CDU + 2 CDS + 1 CH + 1 PAN) e 26 votos a favor (23 PS + 2 BE + 1 IL).** -----

27.ABR 2023

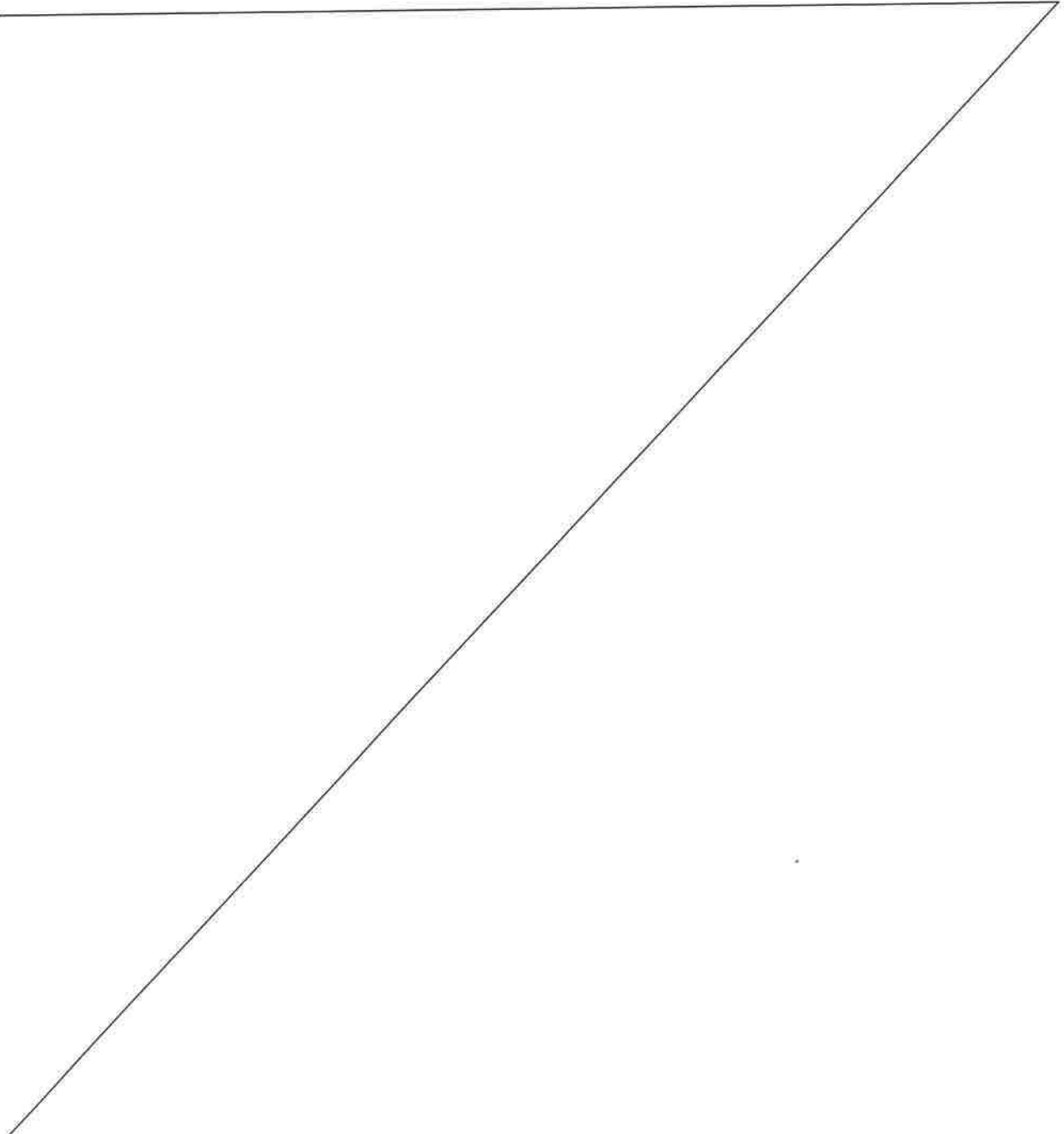


ASSEMBLEIA MUNICIPAL


GONDOMAR
é o seu

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

----- Pelos Deputados Municipais do PAN e da IL, foram apresentadas as declarações de voto,
que adiante seguem. -----





DECLARAÇÃO DE VOTO PAN

2.4 - Projeto de Regulamento de Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e Outras Formas de Jogo

O PAN optou pela abstenção neste ponto.

Compreendemos a necessidade de uma regulamentação deste setor de atividade, mas consideramos que a mesma deve ser acompanhada de políticas de informação sobre o poder aditivo dos jogos.

Assim sendo consideramos que o jogo pode ser uma fonte de receita para o executivo, mas o mesmo tem o dever de informar e prevenir adições em consertação com o SICAD, e no ponto a votação não vemos expressa de forma inequívoca esse objetivo da parte do executivo.

27.ABR 2023



**iniciativa
Liberal**

**Declarações de voto – Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Gondomar
de 27 de abril de 2023**

**Ponto 2.4 - Projeto de Regulamento de Exploração das Modalidades Afins de Jogos de
Fortuna ou Azar e Outras Formas de Jogo**

A Iniciativa Liberal é, por princípio, a favor da transferência de competências para órgãos de decisão mais próximos do cidadão.

Neste caso, uma vez que se trata de um ato que não acarreta qualquer tipo de gastos excessivos naquilo que é o Orçamento do Município e, conseqüentemente, para os munícipes, configura-se como sendo uma ferramenta de proximidade que vemos com bons olhos.

Deste modo, a Iniciativa Liberal vota **A FAVOR** neste ponto.

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,
João Resende Figueiredo

27. ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL


GONDOMAR
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

----- Pelo Senhor Presidente da Mesa, foi proposto que os **pontos 2.5 e 2.6**, fossem discutidos em conjunto, o que foi aceite por todos. -----

----- **VEREADORA SENHORA DRA. SANDRA ALMEIDA** – O ponto 2.5 é a desafetação do domínio público de uma parcela de terreno, com cerca de 90m², para integrar o domínio privado, sito em Baguim do Monte, o que se traz aqui efetivamente é a aprovação para integrar o domínio privado, tendo em conta um pedido que foi efetuado por um Baguinense, por um proprietário, precisamente confrontante desta área de terreno que tem intenções de adquirir esta parcela e, como tal, é necessário que integre o domínio privado. -----

----- Relativamente ao ponto 2.6, são as mesmas circunstâncias, na Rua Adelino Amaro da Costa, com cerca de 5 000m², esta zona é denominada pelas “Casas Amarelas”, isto prende-se com a legalização, uma vez que estas casas nunca foram possíveis de registar, na medida em que o terreno ainda estava no domínio público, portanto, é necessário que integre o domínio privado também, para podermos registar na competente conservatória e ficarem legalizadas em pleno. ---

----- **2.5 – Terrenos – Desafetação do domínio público, de parcela de terreno, com a área de 90,92m², situada na Rua Aristides de Sousa Mendes, na Freguesia de Baguim do Monte;** -----

----- **VOTAÇÃO – Aprovada por maioria, com 13 abstenções (6 PSD + 4 CDU + 2 BE + 1 PAN) e 27 votos a favor (23 PS + 2 CDS + 1 CH + 1 IL).** -----

----- **2.6 – Terrenos – Desafetação do domínio público, de parcela de terreno, com a área de 5 227,90m², situada na Rua Adelino Amaro da Costa, em Gondomar (S. Cosme), na Freguesia de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim;** -----

----- **VOTAÇÃO – Aprovada por maioria, com 13 abstenções (6 PSD + 4 CDU + 2 BE + 1 PAN) e 27 votos a favor (23 PS + 2 CDS + 1 CH + 1 IL).** -----

27. ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



GONDOMAR
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

----- **2.7 – Terrenos – “Construção do Percurso da Via Nordeste – Ligação de Rebordãos (EN12-1) à Rua da Granja” – Retificação da Resolução de Expropriar e da Declaração de Utilidade Pública da Expropriação da parcela n.º 30, aprovada por deliberação de 06-02-2019.** -----

----- **VEREADORA SENHORA DRA. SANDRA ALMEIDA** – Isto prende-se com uma retificação de uma Resolução de Expropriar da Ligação de Rebordãos, normalmente as expropriações convertem-se em adjudicações, ou seja, vão pela via negocial e adquirimos as parcelas de terreno, neste caso, não foi possível adquirir amigavelmente, decorreu o processo normal pela via judicial e deu-se conta que havia um erro na matriz e na Conservatória, o que a Juiz decidiu foi que devia-se trazer a retificação nesta parte, quer da Matriz, quer da Conservatória, conforme está em anexo. -----

----- **VOTAÇÃO – Aprovada por maioria, com 7 votos contra (4 CDU + 2 CDS + 1 CH), 10 abstenções (6 PSD + 2 BE + 1 PAN + 1 IL) e 23 votos a favor (PS).** -----

----- Pelo Grupo Municipal do CDS e pelo Deputado Municipal da IL, foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue. -----

27.ABR 2023



Assembleia de Municipal de Gondomar
Declaração de Voto – Ponto 2.7 . Terrenos – Construção do percurso da via
Nordeste – Ligação de Rebordãos (EM 12-1) à Rua da Granja” – Ratificação da
resolução de expropriar e da Declaração de Utilidade Pública da Expropriação da
Parcela nº 30, aprovada por deliberação de 06-02-2019

Relativamente ao assunto vertido no ponto 2.7, apresentado pelo Executivo Municipal de Gondomar, o Grupo Municipal do CDS optou por votar **CONTRA** pelos seguintes motivos:

O Grupo Municipal do CDS Gondomar entende que a expropriação deve ser uma ferramenta de último recurso, devendo-se optar sempre que seja possível, pela via negociada, salvaguardando-se assim as naturais expectativas de ambas as partes.

Face ao acima exposto, o Grupo Municipal do CDS Gondomar relativamente ao ponto 2.7 da ordem de trabalhos do P.O.D., optou por votar **CONTRA**.

O Grupo Municipal do CDS
Urbano Marques
Nuno Sousa
Gondomar, 27 de abril de 2023
geral@cds-gondomar.com
www.cds-gondomar.com

27.ABR 2023



**iniciativa
liberal**

**Declarações de voto – Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Gondomar
de 27 de abril de 2023**

Ponto 2.7 - Terrenos – “Construção do Percurso da Via Nordeste – Ligação de Rebordãos (EN 12-1) à Rua da Granja” – Retificação da Resolução de Expropriar e da Declaração de Utilidade Pública da Expropriação da parcela nº 30, aprovada por deliberação de 06-02-2019

Uma vez que a retificação em causa reporta a uma decisão tomada quando não estávamos representados neste órgão deliberativo, a Iniciativa Liberal **ABSTÉM-SE** neste ponto.

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,

João Resende Figueiredo

27.ABR 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



----- 3 – Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do n.º 2, do artigo 25.º, em conjugação com o disposto no n.º 4, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro (fevereiro e março de 2023). -----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

----- A sessão foi encerrada às 0 horas e 15 minutos, do dia 28 de abril de 2023. -----

O PRESIDENTE DA MESA,

O PRIMEIRO SECRETÁRIO,